

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRECOSSISTEMAS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

CAPITAL SOCIAL E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO NA MICRORREGIÃO DE ITAPIRANGA (SC)

MAURO HAHN

ORIENTADOR: PROF. DR. ADEMIR ANTÔNIO CAZELLA

CO-ORIENTADOR: PROF. DR. WILSON SCHMIDT

FLORIANÓPOLIS, AGOSTO DE 2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOSSISTEMAS

CAPITAL SOCIAL E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO NA MICRORREGIÃO DE ITAPIRANGA (SC)

MAURO HAHN

ORIENTADOR: PROF. DR. ADEMIR ANTÔNIO CAZELLA

CO-ORIENTADOR: PROF. DR. WILSON SCHMIDT

Banca Examinadora: Prof. Dr. José Carlos Fiad Padilha (UFSC)

Prof. Dr. Lauro Mattei (UFSC)

Prof^ª. Dra. Claire Cerdan (CIRAD)

Prof. Dr. Sérgio Leite G. Pinheiro (EPAGRI)

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-graduação em
Agroecossistemas como requisito para
obtenção do Título de Mestre em
Agroecossistemas

Florianópolis, agosto de 2005

CAPITAL SOCIAL E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO NA MICRORREGIÃO DE ITAPIRANGA (SC)

MAURO HAHN

Esta dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título de
MESTRE EM AGROECOSSISTEMAS

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ademir Antônio Cazella
(Orientador)

Profª. Dra. Claire Cerdan (CIRAD)

Prof. Dr. Wilson Schmidt (Co-Orientador)

Prof. Dr. Sérgio Leite G. Pinheiro
(EPAGRI)

Prof. Dr. José Carlos Fiad Padilha
Presidente (UFSC)

Prof. Dr. Luiz Carlos Pinheiro Machado
Filho (Coordenador do Programa)

Prof. Dr. Lauro Mattei (UFSC)

Florianópolis, agosto de 2005

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à Aloísio e
Ana Amália Hahn, meus pais, aos
meus irmãos e à Beatriz Inês Tepe,
minha namorada, que junto comigo
alimentaram o sonho de ver este
trabalho concluído.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as instituições que contribuíram direta ou indiretamente, para a realização deste trabalho.

Especialmente ao professor Dr. Ademir Antônio Cazella pela orientação e pela sua contribuição em parte importante da minha formação acadêmica. Pela competência e, sobretudo, pela convivência e cordialidade com que conduziu este trabalho.

Ao professor Wilson Schmidt, co-orientador na elaboração deste trabalho, pelo incentivo e as sugestões.

Aos meus pais e irmãos, pelo exemplo de disciplina e espírito familiar. Também pelo apoio financeiro e moral nas horas de maior dificuldade.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina, por repartirem parte de seus conhecimentos comigo.

Às inúmeras pessoas que compartilharam seu saber em longas conversas e que emprestaram documentos históricos, fotografias e outros materiais de pesquisa.

Aos colegas de mestrado, principalmente os que iniciaram em 2003, pelos momentos de reflexão, estudo, descontração e alegria que sua presença proporcionou.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	vii
LISTA DE MAPAS.....	viii
LISTA DE FOTOS	ix
SIGLAS	x
RESUMO	xi
ABSTRACT	xii
 INTRODUÇÃO	 14
 CAPÍTULO 1. DO INÍCIO DA COLÔNIA À EMANCIPAÇÃO DO MUNICÍPIO: 1926 A 1954	 25
1.1 A concepção do projeto Porto Novo	27
1.2 A " <i>Volksverein</i> "	35
1.3 Projetando a colonização	37
1.4 A implantação da colônia	40
1.5 A mobilização do capital social nos primeiros anos da colonização	45
1.5.1 " <i>Sparkas</i> " o banco do colono para o colono	46
1.5.2 As escolas paroquiais	50
 CAPÍTULO 2. DA EMANCIPAÇÃO ÀS PROPOSTAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: 1954 A 1985	 55
2.1 A emancipação do distrito de Itapiranga	56
2.2 As recomendações do plano de desenvolvimento de 1962	60
2.3 Industrialização dos produtos agrícolas	62
2.3.1 A <i>Missereor</i>	62
2.3.2 A Comissão Municipal de Desenvolvimento (COMUDE)	65
2.4 As obras de maior impacto propostas pelo plano de desenvolvimento de 1962	 67
2.4.1 A cooperativa de laticínios	67
2.4.2 O abatedouro de suínos	74

CAPÍTULO 3. ITAPIRANGA 30 ANOS DEPOIS DA EMANCIPAÇÃO: 1985 ATÉ 2005	81
3.1 Caracterização da microrregião de Itapiranga	83
3.2 A integração agroindústria agricultura familiar	86
3.3 A integração pequena propriedade fumageiras	91
3.4 A bovinocultura de leite	94
3.5 Os sistemas alternativos de produção	99
3.6 A pequena agroindústria familiar	101
3.7 O empreendedorismo na microrregião de Itapiranga	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS	116

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Venda de terras no projeto Porto Novo	42
Quadro 2. Estimativas e censos populacionais da Volksverein para colônia Porto Novo entre os anos 1930 e 1950.....	44
Quadro 3. Densidade demográfica e urbanização de Itapiranga, São João do Oeste e Tunápolis	84
Quadro 4. Evolução do número total de suinocultores integrados no Oeste catarinense	87
Quadro 5. Número de propriedades e propriedades integradas com as agroindústrias .	90
Quadro 6. Estabelecimentos que cultivaram fumo na safra 2000/2001	93
Quadro 7. Número de propriedades e produção de leite por município	97
Quadro 8. Quantidade de Empresas por município	106
Quadro 9. Número de trabalhadores integrantes da família nas empresas de Itapiranga	109

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Localização dos municípios de Itapiranga, Tunápolis e São João do Oeste	28
--	----

LISTA DE FOTOS

Foto 1. Núcleo urbano de Itapiranga (antiga Porto Novo), às margens do Rio Uruguai por volta de 1927	44
Foto 2. A agroindústria Seara alimentos AS de Itapiranga na atualidade	78

SIGLAS

ACARESC	- Associação Catarinense de Assistência Técnica e Extensão Rural de Santa Catarina
COMUDE	- Comissão Municipal de Desenvolvimento
CREDI	- Cooperativa de Crédito de Itapiranga
EPAGRI	- Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
IAESC	- Instituto Assistência e Educação São Canísio
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ONG	- Organização não governamental
PEA	- População Economicamente Ativa
SAFRITA	- Sociedade Anônima Frigorífico de Itapiranga
SICOOB	- Sistema de Cooperativas de Crédito Integradas
SUP	- Sociedade União Popular

RESUMO

O objetivo central deste trabalho é, através de um resgate histórico da colonização da microrregião de Itapiranga – SC, analisar as relações existentes entre o capital social e os níveis de desenvolvimento econômico e social desta região. O capital social refere-se às relações de confiança, reciprocidade e cooperação no interior de determinados grupos sociais. Recentemente, a contribuição teórica do conceito de capital social na análise de processos de desenvolvimento, fundamentou-se mais em abordar estas relações, não pelas suas características intrínsecas, mas pelo valor como capital, ou seja, como recurso dos agentes para cumprir determinados fins. Desta maneira, o capital social pode ser entendido como a soma dos capitais e poderes contidos nas relações sociais estabelecidas por um grupo de agentes. Comunidades com alto capital social têm apresentado melhores condições de se articular e mobilizar forças coletivamente, criando uma economia mais dinâmica e melhores índices de qualidade de vida. Com base nesta discussão, no primeiro capítulo recupera-se o período compreendido entre 1926 e 1954, ou seja, do início da colonização até a emancipação do município de Itapiranga. Este período foi marcado por um intenso exercício da confiança, reciprocidade e cooperação para o alcance dos objetivos iniciais da colônia. O segundo capítulo analisa o período compreendido entre 1954 e 1985, fase marcada pela instalação do município e, a elaboração e execução de um plano de desenvolvimento econômico que mobilizou os principais recursos presentes na comunidade local, bem como, a superação de inúmeros conflitos. Já, no terceiro capítulo analisa-se a fase compreendida de 1985 até hoje. Neste período, além da emancipação de dois distritos de Itapiranga (Tunápolis e São João do Oeste), aconteceram mudanças nos sistemas de produção, a intensificação da integração entre as agroindústrias e os agricultores familiares e o aumento nos índices de empreendedorismo da microrregião. Apesar da busca por resultados individuais o espírito comunitário ainda permanece vivo e permite concluir que existe relação entre os atuais índices de qualidade de vida da microrregião e o capital social.

Palavras-chave: capital social, empreendedorismo, desenvolvimento econômico e social.

ABSTRACT

The main purpose of this work is, through a historical rescue of the colonization of the microregion of Itapiranga-SC, to analyze the existent relationships between the social capital and the economic and social levels of development on this area. The capital stock refers to the relations trust, reciprocity and cooperation inside certain social groups. Recently, the theoretical contribution of the social capital concept in the analysis of development processes, was based more in approaching these relationships, not for their intrinsic characteristics, but for the value as capital, as resource of the agents to accomplish certain ends. Therefore, the social capital can be understood as the sum of the capitals and powers contained in the social relationships established by a group of agents. Communities with high social capital have been presenting better conditions to articulate and to mobilize collectively forces, creating a more dynamic economy and best index of life quality. Based on this discussion, in the first chapter it recovers the period between 1926 and 1954, from the beginning of the colonization to the emancipation of the municipal district of Itapiranga. This period was marked by an intense exercise of trust, reciprocity and cooperation to reach the earliest objectives of the colony. The second chapter analyzes the period between 1954 and 1985, phase marked by the installation of the municipal district and, the elaboration and execution of an economical development plan that mobilized the main resources present in the local community, as well as, the overcoming of countless conflicts. In the third chapter we understood the phase from 1985 until today. In this period, besides the emancipation of two districts of Itapiranga (Tunápolis and São João do Oeste), changes happened in the production systems, the intensification of the integration between the agribusinesses and the family farmers and the increase in the indexes on enterprising of the microregion. In spite of the search for individual results the community spirit is still alive and it allows to conclude that relationship exists between the current indexes on life quality on the microregion and the social capital.

Keywords: social capital, enterprising, economic and social development.

INTRODUÇÃO

O presente estudo encontra-se inserido em um trabalho de pesquisa mais amplo que vêm sendo desenvolvidos sobre a temática do desenvolvimento territorial sustentável no âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Trata-se de um trabalho de identificação e caracterização de iniciativas exemplares de desenvolvimento em curso no estado de Santa Catarina, avaliando comparativamente os obstáculos e as potencialidades que cercam o esforço de consolidação institucional e dinamização destas iniciativas¹.

O objetivo central do estudo é a compreensão do papel do capital social no processo de desenvolvimento do Município de Itapiranga e a relação deste com os atuais índices de desenvolvimento neste município. De forma mais específica, o objetivo é perceber, através do resgate histórico da evolução da colonização de Itapiranga como o conjunto de relações, normas e redes sociais tem contribuído nesse processo.

¹ CAZELLA et al. Desenvolvimento territorial: diagnóstico de potencialidades e obstáculos em zonas rurais do estado de Santa Catarina. Florianópolis, PPAGR/UFSC, 2004, projeto de pesquisa, 13p. Esse projeto conta com apoio financeiro da Fundação de Ciência e tecnologia (Funcitec) do governo de Santa Catarina.

A formulação do conceito acerca do termo capital social está relacionado à ampliação teórica do termo capital. Na década de 1960 foram propostos os conceitos relacionados ao capital físico e humano, sendo inclusive, criados os índices referenciais de desenvolvimento humano. Nos anos noventa foi proposto também o capital social. Este conceito é uma noção teórica de utilização recente na literatura e nas pautas dos governos, organizações não-governamentais (ONGs) e organismos internacionais. Segundo Castilhos (2002) *“a expressão capital social procura dar significado, essencialmente, à importância da presença e da qualidade das relações sociais para o desencadeamento do processo de desenvolvimento. Capital social se refere, portanto, às relações sociais que estão institucionalizadas e culturalmente incorporadas na forma de normas ou de redes sociais”*.

O conceito “capital social” contempla componentes culturais e estruturais relacionados às relações sociais. Ao mesmo tempo em que contempla as relações estabelecidas na forma de redes ou normas sociais, contempla também, os atributos culturais da reciprocidade, confiança e cooperação. No âmbito acadêmico, principalmente, os trabalhos da Bourdieu (1985), Coleman (1990) e Putnam (1993)², passaram a trabalhar o recurso contido nesse tipo de relações sociais. Desenvolveram teorias que estabelecem a contribuição desse tipo de capital às diferentes esferas da vida social, em particular a econômica e social.

² De acordo com Castilhos (2002) a contribuição de Bourdieu se dá principalmente na identificação dos vários outros tipos de capital (além do físico), sendo que entre estes ele considera o capital social. Coleman é um importante autor que contribuiu na discussão sobre capital social. Ele faz uma abordagem sociológica sobre o capital social, mostrando a sua importância para o funcionamento dos sistemas e estruturas sociais. E Putnam é um dos autores centrais para o debate sobre o capital social.

O conceito de capital social é construído, embora de maneiras distintas, inicialmente por Bourdieu (1985), que acredita que o capital social é a somatória dos recursos reais e virtuais, produzidas pelas redes de relacionamentos de mútuo entendimento e reconhecimento, à disposição dos indivíduos e grupos e, por Coleman (1990), que embora reconheça a presença de capital social em grupos e comunidades, centra sua análise no indivíduo.

Coleman caracteriza o capital social como os recursos produzidos pela interação social entre os indivíduos ou grupos, que resultam em confiança e credibilidade. Estes recursos, quando disponíveis, facilitam a ação social seja dos indivíduos seja de grupos ou comunidades. Destaca que o conceito de capital social não é uma entidade única, ele possui uma variada gama de manifestações que se encontram na estrutura social e que facilitam a ação dos indivíduos dentro desta. Segundo Dias Junior (2001), o capital social não se encontra nos indivíduos nem nos implementos físicos de produção. Este tipo de capital, diferentemente das outras formas de capital (econômico, por exemplo) encontra-se na estrutura das relações entre as pessoas de uma comunidade.

Já Putnam, estabelece que o capital social diz respeito às características culturais da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas. Em outras palavras, Putnam sugere que o capital social é um bem comunitário.

Conforme Castilhos (2002), o principal e mais influente trabalho feito acerca da importância do capital social como conceito teórico é o de Putnam. Este autor identificou as diferenças no desempenho das então emergentes instituições regionais, criadas pelo governo italiano para representar os diversos meios econômicos, sociais,

culturais e políticos da Itália a partir de um estudo da dinâmica do desenvolvimento institucional.

O trabalho de Putnam enfatiza as raízes históricas mais longínquas da formação, no Norte da Itália, de um espírito cívico, base de seu processo de desenvolvimento. Provavelmente seja este o maior problema da obra deste autor. A sua análise é restrita e permeada por uma compreensão determinista sob o ponto de vista histórico e cultural. Pela análise de Castilhos (2002), este autor atribui papel central ao capital social na determinação dos níveis de desenvolvimento sócio-econômico, porém, sua concepção teórica não permite que se crie ou se forme capital social em locais onde este esteja ausente. Em regiões de colonização mais recente, sob este ponto de vista, não seria possível a formação de capital social devido os laços sociais não estarem suficientemente enraizados culturalmente. Sob este olhar, o capital social, seria determinado, exclusivamente, pela disponibilidade de atributos culturais e históricos que existem em determinada sociedade.

Entretanto, elementos também importantes na formação e exercício do capital social são os conflitos sociais. Hirschman (1995) aponta que os conflitos sociais aumentam a coesão social nas sociedades democráticas de mercado. Este autor argumenta que o conflito é, de fato, uma característica da sociedade e que se evidencia com notável persistência. Ele é a contrapartida natural do progresso técnico e conseqüente criação de nova riqueza. Os conflitos derivam de desigualdades e declínios setoriais ou regionais. Essas desigualdades e declínios são precisamente a contrapartida de vários desenvolvimentos dinâmicos em outras partes da economia. Ainda, o autor

chama atenção no sentido de que o segredo da vitalidade da sociedade de mercado pode estar na sucessão de crises e problemas. A sociedade, assim, produz conflitos que precisam ser resolvidos e que ela aprende a administrar.

Os sistemas sociais não se resumem, portanto, a um conjunto de normas ou, de outra forma, não são somente influenciados apenas por questões culturais. Tais sistemas possuem tanto componentes culturais como sociais, e os agentes sociais podem promover mudanças no processo de desenvolvimento e nas escolhas que são feitas. Para Castilhos (2002) tais modificações podem provocar alterações nas relações sociais, permitindo a institucionalização de novos códigos culturais e práticas sociais que promovam, portanto, a formação do capital social. Assim, a ampliação da noção teórica sobre capital social para vários tipos e dimensões permite incorporar uma visão multidimensional e dinâmica desse ativo de capital em detrimento a visão determinista de Putnam.

Neste sentido, Castilhos (2002, p. 11) identifica três tipos de capital social que são classificados conforme o tipo de posição que descrevem as relações sociais: (i) *“Capital social institucional”* é o que descreve as relações sociais existentes entre a sociedade civil e o Estado (os diversos órgãos e “espaços públicos” com que se relacionam os cidadãos); (ii) *“Capital social extracomunitário”*, são as relações sociais geradoras de capital que determinada comunidade estabelece com grupos sociais e econômicos externos. Este tipo de capital social é muito importante, pois permite que os indivíduos estabeleçam as relações sociais, as “trocas econômicas” (relações de mercado) e o acesso às informações (conhecimento) presentes em meios “externos” a sua comunidade e (iii) *“Capital social comunitário”*, aquele que

corresponde às relações sociais comunitárias dos indivíduos. Refere-se à capacidade que estes possuem para gerar relações sociais baseadas em reciprocidade e confiança nas suas comunidades, além do potencial organizativo que estas mesmas comunidades possuem.

Estes três tipos de relações sociais podem proporcionar aos indivíduos ou grupo sociais o alcance de objetivos que isoladamente seriam impossíveis de serem alcançados. Para que isto aconteça é necessário que as relações sociais estejam culturalmente enraizadas na realidade dos indivíduos e também que a postura destes seja favorável ao estabelecimento de relações benéficas baseadas em reciprocidade e confiança, que possibilitem a criação do capital social.

Neste sentido, a noção de capital social permite ver que os indivíduos não agem independentemente e que seus objetivos não são estabelecidos de maneira isolada. As estruturas e relações sociais fazem parte dos recursos, são ativos de capital de que os indivíduos podem dispor. O capital social, dessa maneira, pode ser produtivo, já que ele torna possível que se alcancem objetivos que não seriam atingidos na sua ausência.

Com base nesta discussão busca-se nesta dissertação compreender a construção de capital social e o seu papel no processo e nos atuais índices de desenvolvimento do município de Itapiranga-SC. O problema de pesquisa consiste em saber se o alcance dos bons índices de desenvolvimento desta região, geograficamente isolada, distante dos principais mercados consumidores e com pouca interferência do Estado até a década de 1970, é resultado de mecanismos de reorganização, criação e mobilização do capital social pelos colonizadores deste local.

Para o desenvolvimento do presente trabalho, foram observados os seguintes procedimentos: revisão bibliográfica; mobilização e análise de documentos históricos buscando situar os principais acontecimentos referentes à implantação da colônia e ao crescimento econômico da microrregião de Itapiranga; investigação junto aos órgãos públicos e às empresas da microrregião para identificar dados econômicos, sociais e demográficos; entrevistas com pioneiros da colonização do antigo Projeto Porto Novo³ com a finalidade de enriquecer este trabalho com contribuições de pessoas que viveram as dificuldades do pioneirismo; entrevistas com o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da década de 1960, com o Presidente da Cooperativa de Crédito de Itapiranga das décadas de 1950 e 1960 e com membros da extinta Comissão Municipal de Desenvolvimento (COMUDE) para mobilizar informações referentes ao planejamento para o desenvolvimento econômico da microrregião; entrevistas com integrados das agroindústrias procurando identificar a opinião destes sobre o rumo que os principais empreendimentos resultantes do planejamento de 1962 tomaram; entrevistas com o Prefeito de Itapiranga (administração 2001/2004) e com os gerentes locais da EPAGRI, da Cooper A1 (Filial da Cooperativa Aurora de Chapecó/SC) e da Seara Alimentos S/A e, identificação através das respostas geradas pelas entrevistas, da atuação dos órgãos públicos e das empresas no processo de desenvolvimento da microrregião de Itapiranga.

³ Localizada na extremidade oeste do território catarinense, nas margens do rio Uruguai, a colônia Porto Novo passou em 1929 a se denominar Itapiranga que na língua guarani significa pedra vermelha (*ita*: pedra e *piranga*: vermelha), nome sugerido pelo então governador Adolfo Konder. Itapiranga emancipou-se politicamente do município de Chapecó em 1954. Seus dois distritos, Tunas e São João se emanciparam posteriormente, formando os atuais municípios de Tunápolis e São João do Oeste.

Essas entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro mínimo de questões, objetivando, dentro do tema de pesquisa, não desperdiçar informações que, dar condições para que os interlocutores expressassem suas opiniões da forma mais abrangente e aberta possível. A identificação dos pioneiros se deu a partir de indicações de lideranças locais e da própria vivência e conhecimento do pesquisador na região. No total foram realizadas sete entrevistas com pioneiros e quinze entrevistas com integrados das agroindústrias. Cabe aqui ressaltar a importância que teve neste trabalho o Sr. Ervino Jaeger, pioneiro da colonização e importante liderança nas primeiras décadas da colônia, pelo seu empenho em colocar a disposição o seu grande acervo de documentos e materiais históricos e pelas inúmeras conversas que tivemos. Infelizmente, este senhor faleceu antes que este trabalho estivesse pronto.

A dissertação divide-se em três capítulos, sendo que no primeiro capítulo faz-se um resgate histórico do processo de colonização da região até a emancipação do município em 1954. Os dados foram obtidos através de pesquisas em documentos históricos e entrevistas com pioneiros, na busca de identificar os momentos marcantes de reorganização, criação e mobilização de capital social para o alcance dos objetivos iniciais do projeto de colonização. A seleção dos pioneiros para as entrevistas se deu a partir de inúmeras conversas com pessoas da região que indicaram aqueles remanescentes que tiveram maior importância nos eventos ocorridos na região. As entrevistas foram abertas e na sua maioria gravadas na língua alemã devido a dificuldade destas pessoas em se comunicar na língua portuguesa.

A colônia de Porto Novo, denominada Itapiranga a partir de 1929, foi uma das muitas colonizações de empresas particulares feitas na região Oeste de Santa Catarina, porém, com uma diferença fundamental em relação às demais. Foi projetada

por uma instituição ligada à Igreja Católica e destinada preferencialmente para imigrantes católicos de origem germânica. Desde o processo de planejamento da colônia a preocupação maior sempre foi com a “organização e o espírito comunitário” dos colonos.

A suposta harmonia pretendida pelos idealizadores do projeto, por várias vezes, foi abalada, exigindo dos atores locais habilidade para contornar os principais problemas, bem como capacidade para que os momentos de maior crise se transformassem em aprendizado e oportunidade para o desenvolvimento. Entre os principais conflitos surgidos nos primeiros anos da colonização, podemos citar a falta de acesso ao crédito, suprida com a fundação da primeira cooperativa de crédito de Santa Catarina em 1932, a nacionalização do ensino em 1938, que exigia que as aulas deixassem de ser ministradas na língua alemã e a portuguesa fosse oficialmente adotada, revertendo mais tarde na inclusão de novos valores e menor submissão à Igreja. Além da constante tensão decorrente da pouca autonomia política local pelo fato da colônia estar ligada ao município de Chapecó, situação que mudou a partir de 1954, com a emancipação do município de Itapiranga.

No segundo capítulo faz-se uma análise do período compreendido entre 1954 e 1985. Esta fase é marcada por transformações significativas na economia da região. A partir da emancipação, a comunidade local passa a perceber com maior clareza que o modelo de desenvolvimento adotado até aquele momento não havia acompanhado o ritmo das demais regiões vizinhas. A economia local encontrava-se pouco integrada à economia regional e nacional, as práticas agrícolas já não correspondiam às necessidades nem às novas tecnologias. Em resumo, era preciso traçar novas linhas para

o desenvolvimento do novo município. Algumas tentativas isoladas de melhorias foram empreendidas no final da década de 1950. Percebendo a abrangência limitada destas ações e por sugestão da *Misereor*, instituição de ajuda internacional ligada à Igreja Católica Alemã, lideranças locais optaram por realizar um levantamento da real situação da economia local e, a partir dele, elaborar um plano de desenvolvimento que mostrasse as possibilidades e os caminhos a serem trilhados para dar novos rumos ao desenvolvimento do município.

Este levantamento e planejamento se deram no período compreendido entre novembro de 1961 e fevereiro de 1962. A implantação das principais ações sugeridas ocorreu imediatamente após este período e exigiu o exercício da capacidade de organização e mobilização das forças comunitárias, bem como, o uso das relações extra-comunitárias para a realização dos objetivos comuns. O levantamento identificou, dentre outras necessidades, a de instalação de uma indústria de laticínio, um abatedouro de suínos para a industrialização dos produtos dos agricultores e a instalação de uma escola agrícola para melhorar a formação dos agricultores.

Estes empreendimentos foram realizados com a orientação técnica da Agro e Hidrotécnica Ltda, empresa responsável pela coleta de dados e planejamento, e com o apoio financeiro da *Misereor*, bem como a mobilização das poupanças e trabalho voluntário dos atores locais. A consolidação desses empreendimentos está, no entanto, permeada por inúmeros conflitos. Muitos foram os problemas enfrentados, sendo na maioria superados, não sem provocar mudanças profundas no projeto inicialmente idealizado. O mais importante é que são empreendimentos que determinam ainda hoje a dinâmica de desenvolvimento da região.

Por fim, o último capítulo analisa o período de 1985 até a atualidade. O objetivo é analisar as principais mudanças nas relações sociais e o atual estágio de desenvolvimento da região. Para tanto, discutem-se os sistemas de produção agropecuários e os índices de empreendedorismo local e suas inter-relações. Este período é marcado também pela emancipação de dois distritos do município de Itapiranga: Tunápolis em 1989 e São João do Oeste em 1993. Além dos desmembramentos, a partir da década de 1980 acontece na microrregião o fortalecimento do sistema de integração entre os agricultores familiares e as empresas agroindustriais. Este sistema, de um modo geral, não coincide com os princípios da organização comunitária que havia sido imaginada na fase inicial do projeto de colonização, pois está alicerçado no individualismo e na competição por melhores resultados. Mesmo assim, o espírito comunitário permanece presente na comunidade local e são freqüentes os exemplos de mobilização de recursos como a cooperação, reciprocidade e confiança (festas comunitárias, projeto microbacias, etc) que são fundamentais na evolução de um novo processo e busca de alternativas que podem estar gerando na região um novo modelo de desenvolvimento. Finalmente serão apresentadas algumas conclusões e possíveis sugestões para a formulação de novas propostas de desenvolvimento.

CAPÍTULO I: DO INÍCIO DA COLÔNIA À EMANCIPAÇÃO DO MUNICÍPIO: 1926 A 1954

Várias levas de imigrantes europeus atravessaram o Oceano Atlântico durante a segunda metade do século XIX em busca de melhores condições de vida. Fizeram-no por razões diversas. A imagem de uma vida próspera e tranqüila em meio a exuberantes paisagens, cultivando as terras extraordinariamente férteis, abundantes e de sua propriedade, permeava suas expectativas. Tal imagem era fomentada pela propaganda de empresas colonizadoras e pelas notícias de quem já havia partido. Para trás ficava o meio no qual haviam criado laços culturais demasiados fortes para serem esquecidos. Talvez por isso levavam consigo esse forte apego às tradições que se constituíam em bens culturais, posterior matéria prima para a consolidação de colônias de imigrantes no Brasil.

No Rio Grande do Sul, as novas colônias foram constituídas a partir da junção do ambiente novo com os antigos costumes, tradições, instituições e formas de sociabilidade, profundamente arraigados trazidos pelos colonos de além mar. Nas

primeiras décadas do século XX, entretanto, as colônias mais antigas começaram a enfrentar uma situação que, para os primeiros imigrantes, parecia improvável. Com o acentuado crescimento demográfico e a vinda de novos imigrantes, somado ao esgotamento do solo, as terras das colônias mais antigas, outrora férteis e abundantes, começavam a perder o vigor ao mesmo tempo em que se tornavam mais caras. Isto acabou por incentivar a busca por novas regiões de colonização.

Neste sentido, as terras do oeste catarinense, especialmente às margens do rio Uruguai, apresentavam-se como uma região promissora. Várias colônias surgiram nesta região. Entre elas está Porto Novo que a partir de 1929 passou a se chamar Itapiranga. O que a diferencia das demais colônias do Oeste catarinense é o fato de ter sido planejada e organizada por uma associação de alemães católicos, a *Volksverein für Deutschen Katholiken im Rio Grande do Sul* (Sociedade União Popular para Alemães Católicos do Rio Grande do Sul), fundada em 1912 e orientada por religiosos da Companhia de Jesus (Jesuítas) daquele estado.

Porto Novo foi fundado em 26 de fevereiro de 1926. Esta data é aceita historicamente e comemorada como o dia da fundação do atual município de Itapiranga. A propaganda veiculada no Rio Grande do Sul sobre as “maravilhas” de Porto Novo foi intensa. Para tanto foram usados panfletos, jornais, revistas e livretos especiais, além do apoio da Igreja Católica e campanhas feitas pelos gerentes das *Sparkassen*⁴ e líderes comunitários. A *Volksverein* contratava pessoas para passar de vila em vila e arregimentar interessados em migrar para a nova colônia. Os padres jesuítas foram

⁴ Nome dado às cooperativas de crédito dos colonos do Rio Grande do Sul (Banco do colono para colono).

grandes incentivadores do projeto e, dada sua credibilidade perante os colonos, sua propaganda tinha um grande poder de convencimento entre as famílias de colonos.

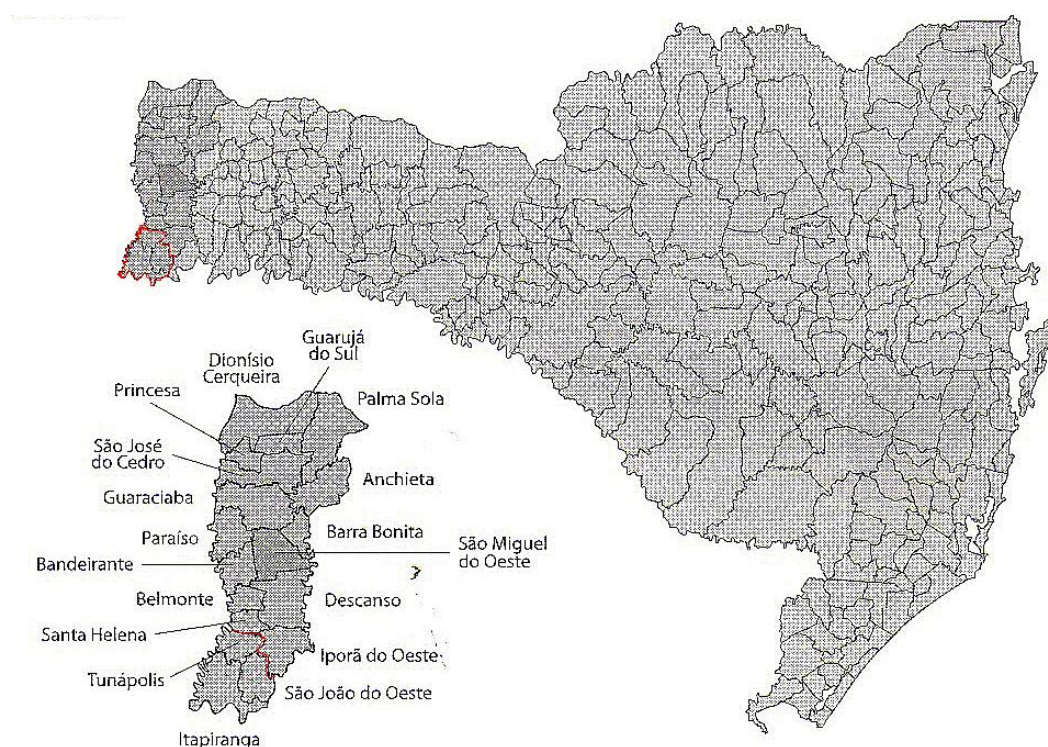
O presente capítulo pretende, portanto, resgatar o processo inicial de concepção e planejamento da colônia buscando identificar os momentos mais significativos da reorganização, criação e mobilização de capital social pelas famílias envolvidas, bem como as dificuldades e conflitos surgidos ao longo deste processo. Pretende-se destacar os aspectos históricos que ajudam a explicar o rumo do desenvolvimento dessa microrregião do extremo-oeste do estado de Santa Catarina.

1.1 A CONCEPÇÃO DO PROJETO PORTO NOVO

Entre as inúmeras colonizações organizadas e implantadas no oeste de Santa Catarina, nas segunda e terceira décadas do século XX, a do município de Itapiranga constitui-se, provavelmente, na mais fechada no que diz respeito ao controle da origem étnica e opção religiosa. Os candidatos à compra de um lote de terra deviam ser, necessariamente, de origem germânica e da religião católica. Isso explica, em grande parte, a difusão de valores como a ajuda mútua, confiança e reciprocidade entre as famílias, embora se possa questionar esses valores pelo profundo grau de discriminação étnica.

O Projeto Porto Novo abrangia uma área de 583,9 Km², dividida em 2.340 lotes com cerca de 25 ha cada lote. Localizado no extremo oeste de Santa Catarina, estava vinculado do ponto de vista administrativo ao município de Chapecó. A partir de 1926, esse projeto recebeu sucessivas levas de famílias de origem alemã, oriundas do

Rio Grande do Sul e do litoral catarinense, além de algumas vindas diretamente da Alemanha. O Mapa 1, a seguir, apresenta a localização dos atuais municípios de Itapiranga, São João do Oeste e Tunápolis.



Mapa 1: Localização dos municípios de Itapiranga, Tunápolis e São João do Oeste
Fonte: Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2003-2004

A área de terra onde foi implantado o projeto de colonização era considerada devoluta até final do século XIX. A partir da primeira década do século XX passou a pertencer à multinacional *Brasil Development and Colonization Company*, filial da empresa inglesa *Railway Company*. Ela recebeu grande parte do território do oeste catarinense como pagamento pela construção da ferrovia que liga o Rio Grande do Sul a São Paulo. Mais tarde, a porção que se estendia de Chapecó até o Rio Pepery, na divisa

com a Argentina, foi comprada pela Empresa Chapecó-Pepery Ltda⁵. Entre 1925 e 1926, parte dessas terras foi adquirida pela *Volksverein*⁶ também conhecida como Sociedade União Popular (SUP), instituição que servia de ponto de convergência entre a Igreja Católica e a população alemã das denominadas colônias velhas⁷, localizadas no estado do Rio Grande do Sul.

Criada em 1912, pelo missionário jesuíta imigrante Pe. Theodor Amstad, a SUP chegou a congregar mais de doze mil sócios naquele estado. Ela deu o suporte ideológico (assistência religiosa e social), financeiro e técnico para a efetivação de inúmeras colonizações organizadas nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A SUP assumia como prioridade a salvaguarda da cultura alemã e da religião católica. O crescimento demográfico, a concentração fundiária, o esgotamento da terra e a pauperização verificados nas colônias velhas comprometiam a manutenção de parte importante das famílias e, conseqüentemente, da cultura alemã.

Dessa forma, a igreja tratou de recrutar os interessados em migrar, deslocando-os para a região oeste de Santa Catarina. Usando o argumento de que as autoridades eram relapsas e negligentes com a situação social dos alemães gaúchos, os jesuítas conseguiam agrupar muitas pessoas em torno da idéia de formar novas colônias. Eles temiam a decadência dos valores culturais das comunidades germânicas implantadas no Rio Grande do Sul, no século XIX.

⁵ Empresa Chapecó-Pepery era uma das inúmeras empresas colonizadoras que atuavam no oeste catarinense. Esta empresa detinha a posse das terras localizadas entre o Rio das Antas e Rio Pepery no oeste catarinense.

⁶ Devido à sua importância para o projeto aqui analisado, esta instituição será melhor caracterizada no próximo item.

⁷ Termo usado para caracterizar os municípios do Rio Grande do Sul de onde vieram a maioria dos colonos da região oeste de Santa Catarina. Os principais municípios eram São Leopoldo, Salvador do Sul, Montenegro, Estrela, Venâncio Aires, Santa Cruz do Sul, Lajeado, Vera Cruz e Arroio do Meio.

Dotada de uma importante infra-estrutura (bancos, técnicos, jornais, etc), a Sociedade União Popular tratou de estruturar a partir da primeira metade do século XX uma colonização organizada no Oeste de Santa Catarina. Através das Caixas Rurais (Sparkassen) fornecia crédito acessível a partir de recursos provenientes das poupanças dos agricultores, aos colonos dispostos a migrar para a nova frente de colonização.

Estas associações confessionais ou cooperativas estabeleceram no Estado de Santa Catarina grande número de colonos gaúchos. Não as moveu o espírito de lucro, mas sua ação foi favorecida por outros elementos, particularmente o fato de que permitiam aos colonos agruparem-se segundo a origem étnica, a religião e mesmo a região de procedência (Roche, 1969, p.359).

O extremismo dessa seleção consistiu, sem dúvida, na separação das famílias alemãs católicas das alemãs evangélicas. Para os últimos era sugerido que se dirigissem para a colônia Porto Feliz, atual município de Mondai. Ela implicou, também, numa profunda exclusão da população nativa que já habitava a região (índios e caboclos).

O próprio contrato de compra de terras estampava a obrigatoriedade de que o comprador do projeto Porto Novo fosse de confissão católica. “*O comprador, quer solteiro ou casado, compromete-se a entrar como sócio na comunidade Catholica de Porto Novo, logo que fixe residência em suas terras, sujeitando-se ao pagamento das taxas e mensalidades por esta estipuladas*”⁸.

Neste contexto formou-se uma forte identidade cultural em que a participação ativa da comunidade nas realizações da igreja era fundamental.

⁸ Conforme contrato de compra e venda de terras entre a SUP e o colonizador, cláusula 17.

A ação social dos jesuítas visava a coordenação das atividades econômicas, culturais, recreativas e profissionais, promovendo tanto o setor ativo da sociedade como a fundação de novas colonizações, de caixas econômicas rurais, cooperativismo, melhoria da produção e de novas técnicas agrícolas. É muito elucidativo neste sentido a fundação de duas colonizações, a de Cerro Largo (RS) e Porto Novo (SC), promovidas diretamente pelos jesuítas. Etnicamente e religiosamente homogêneas, com estrutura física de comunidades rurais em que 120 – 170 famílias de pequenos proprietários começaram uma história comum em torno de uma capela (igreja) e escola, teve-se base física propícia para um pleno desenvolvimento desta ampla rede de associações econômicas, culturais e recreativas. Estas duas colonizações são citadas com frequência na literatura teuto – brasileira como exemplo de organização e progresso (Kreutz, 1991, p.71).

Essas colonizações do século XX foram chamadas por Roche (1969) de colônias particulares, em face da inexpressiva ajuda do Estado em infra-estrutura. Essa ausência foi, em parte, compensada através da criação de uma ampla rede de associações, em particular a escola.

Desde os primórdios da colonização os imigrantes teutos zelavam por uma instituição que se tornou característica das comunidades rurais, a escola comunitária. Tornou-se uma instituição singular, com o mérito de suprir a ausência inicial das escolas públicas (Paiva, 1973, p.83).

As primeiras escolas serviam também de igreja (Schulkapelen) devido a falta de recursos para edificar estabelecimentos específicos. Os colonos estavam endividados com a compra das terras, mas a presença de pelo menos uma escola por linha colonial era vista como fundamental.

As linhas coloniais, às vezes também denominada de “picadas”, eram as linhas ou estradas pelas quais seguia a colonização. Abria-se uma estrada na floresta, geralmente ao longo do leito de pequenos rios, a partir da qual se mediam os lotes das famílias. Nestas linhas se fundavam as “comunidades”, que eram grupos de moradores, com suas propriedades rurais localizadas próximas umas das outras, que construíam uma igreja, escola e salão de festas. As empresas colonizadoras geralmente já

destinavam um local para essas construções. Uma linha colonial podia ter mais de uma comunidade, dependendo da estrada e do rio.

O fracionamento da área colonizada em linhas coloniais auxiliou na criação de um sentimento comunitário, que foi determinante para edificação de estabelecimentos escolares, religiosos e sociais sustentados por uma ampla rede de associações. Ainda hoje, nessas comunidades, é comum encontrar associações que mantêm a igreja, os clubes sociais, clubes de tiro e escolas. No âmbito municipal, a maioria dessas entidades está agrupada em uma associação de segundo grau, responsável pela organização dos calendários de eventos e pela sua gestão.

As terras da colônia Porto Novo foram divididas em lotes rurais, chácaras e terrenos urbanos. Os lotes tinham área de 25 ha, as chácaras de 7,5 ha e estavam localizadas próximo das futuras vilas. Já os terrenos urbanos tinham diversas dimensões e se situavam nas áreas selecionadas para ocupar a sede das comunidades e a sede da colonização.

As despesas de viagem eram descontadas no pagamento da primeira parcela. O plano de viagem para a colônia era amplamente divulgado entre as famílias das colônias velhas.

Plano de viagem: para quem quer conhecer Porto Novo, o melhor caminho a ser percorrido é passando por Santa Bárbara, de trem, onde há um caminhão fretado pela Volksverein, de propriedade do Sr. Nicolau Biernfeld, que percorre o trajeto para Porto Feliz, de onde se vai até Porto Novo. O caminhão parte as quintas-feiras pela manhã bem cedo da estação férrea de Santa Bárbara. Preço da passagem: uma viagem custa 40\$000 Réis e o preço de ida e volta é 70\$000 Réis até Porto Feliz. Compradores de terras terão este valor abatido no pagamento da primeira parcela das terras, mas somente se esta viagem for feita com o caminhão da Volksverein (*Der*

Familienfreund, 1928, p. 02). Traduzido do original em alemão por A.W.

O comprador deveria tomar posse da terra, isto é, se instalar nela, num prazo de 2 anos depois da compra. O contrato de compra e venda interditava a aquisição de terras para fins de especulação financeira.

Outra condição é a ocupação da terra por parte do próprio comprador, dentro do prazo estipulado em contrato. Caso o comprador não cumprir esta cláusula de seu contrato, sem justificativa e comprovação dos motivos, ele receberá de volta o dinheiro empenhado. A administração da colônia, como protetora dos interesses dos colonos já instalados, não irá permitir que sejam feitas especulações com a terra, deixando-a abandonada e sem ser trabalhada (Middeldof, 1932, p.14):

Com isto, a *Volksverein* pretendia acelerar o povoamento da colônia. Quanto mais famílias instaladas e de forma rápida, melhor seriam as novas vendas de lotes, bem como as condições de sobrevivência na colônia. Entretanto, parece que nos primeiros tempos, muitos compradores não tomavam posse imediata de suas terras. É o que se pode verificar na notícia publicada no *St. Paulusblatt* de 1928:

Atenção! Compradores de terras de “Porto Novo”. Todo um grupo de compradores de lotes de nossa colônia, que fizeram suas compras a dois anos, não está cumprindo suas cláusulas contratuais de desmatar a floresta, construir e morar em suas terras. Para o interesse do desenvolvimento de nossa colonização, o não cumprimento desse termo contratual não pode ser adiado por muito tempo. Por isso, quem não cumprir suas obrigações contratuais até a primavera, isto é, até o final de setembro, perde seus direitos da colônia comprada e a terra estará a disposição da administração da colônia. O dinheiro já pago será reembolsado sob as considerações da cláusula contratual. Porto Novo, 1 de julho de 1928. A Administração da colônia da Volksverein “Porto Novo” (St. Paulusblatt, agosto de 1928, p. 2).

Aconteceram inúmeras dificuldades no início da colonização que contribuíram para formar uma imagem depreciativa do projeto Porto Novo. A acirrada

concorrência entre empresas de colonização prejudicou a venda de lotes e, em consequência, exigiu atitudes novas por parte da direção da colônia.

Dentre os acontecimentos mais importantes nessa direção encontram-se as sucessivas invasões de propriedades por grupos de assaltantes e tropas do exército. Isso gerava preocupação entre os moradores e era, também, notícia nas colônias velhas, fazendo com que poucos se aventurassem a viajar para a região. Além disso, surgiram conflitos internos na *Volksverein*. Os padres jesuítas foram substituídos por padres da Sagrada Família. Da mesma forma, acusações de desvio de dinheiro e a priorização de outros projetos não ligados à colonização dificultaram ainda mais as vendas de lotes. Os padres da Sagrada Família apenas assumiram a orientação religiosa, sendo que a administração da colônia ficou sob a responsabilidade de leigos (pessoas da comunidade). Algumas dessas pessoas foram acusadas de trabalhar em proveito próprio, o que acabou gerando processos judiciais e mandados de retratação pública em alguns casos.

Em 1931, depois de dois anos sob a responsabilidade dos padres da Sagrada Família o controle religioso da colônia Porto Novo voltou aos Jesuítas, que trataram de melhorar a imagem da colônia e recrutar mais colonizadores.

A forma ideal de organização e a localização da colônia foram estudadas e planejadas pela *Volksverein*. Coube a essa instituição traçar as linhas gerais do empreendimento; ou seja, projetar e viabilizar o projeto.

1.2 A VOLKSVEREIN

A Sociedade União Popular para Católicos Alemães (SUP) era, também, denominada pelo termo alemão *Volksverein*. Ela foi fundada no congresso católico de 1912, realizado em Venâncio Aires (RS). Não era a primeira experiência do Pe. Theodor Amstad nessa área, um de seus fundadores, pois já havia idealizado o *Bauernverein*, a Associação de Agricultores, de caráter não confessional, planejado para ser interétnica⁹. O *Bauernverein* surgiu no II Katholikentage (2º Congresso Católico) realizado em Feliz (RS), em 1900, e seus objetivos direcionavam-se principalmente aos problemas econômicos e técnicos dos agricultores. Uma das principais idéias defendidas pela associação era o cooperativismo, cujo maior incentivador era o próprio Pe. Theodor Amstad. Entretanto, em 1912, ocorreu uma divisão na associação. Os católicos fundaram a *Volksverein*, uma associação de caráter confessional e os protestantes continuaram com a *Bauernverein*, com o nome de Liga Colonial (Rambo, 1992).

Como seu nome indica, a *Volksverein* era uma associação de católicos de origem alemã e se insere no quadro das atividades desenvolvidas pelos padres jesuítas no sul do país. Numa brochura destinada a divulgar o projeto de Porto Novo na Alemanha, essa Associação se apresentava da seguinte forma:

A Volksverein é a associação dos católicos de fala alemã do Rio Grande do Sul, dos quais assume os problemas materiais, espirituais e culturais. A associação está legalmente constituída, sendo portadora dos direitos de pessoa jurídica. Trabalhos, objetivos, recursos bem como administração estão previstos[...]. A Volksverein deve e pode assumir a representação dos anseios dos católicos de fala alemã, mesmo daqueles que ainda não se associaram, pois os frutos de seu trabalho vêm para o bem de todos os associados e não

⁹ Pelos seus estatutos, foi a associação dos agricultores pensada como uma organização interétnica e interconfessional. As pretensões, portanto, não se limitavam à solução dos problemas dos teuto-brasileiros católicos apenas. Tratava-se de um projeto de promoção humana que não deveria excluir nenhuma das vertentes étnicas ou religiosas presentes no Rio Grande do Sul (Rambo, 1992).

associados. Por isso, espera que também aqueles que até o momento não se associaram entrem em suas filas (Middeldorf, 1932, p. 46).

A associação tinha, portanto, o objetivo de assumir os interesses materiais, espirituais e culturais de seus associados. Para isso, suas atividades eram diversas: publicações de periódicos, fundação de hospitais, escolas, seminários, caixas rurais e a criação de colonizações para alemães de origem católica.

A *Volksverein* estava intimamente ligada às assembléias gerais dos católicos¹⁰, cujas resoluções pretendia por em prática. A idéia que norteou sua fundação era de formar uma estrutura que abrangesse todas as comunidades em que se fizessem presentes descendentes de imigrantes alemães. Procurava-se que, pelo menos, um representante dessas comunidades participasse ativamente da organização.

Os jesuítas que se instalaram junto aos imigrantes alemães no Brasil pretendiam auxiliar os colonos, desenvolvendo atividades com acentuado caráter associativista e assistencial. Neste sentido, uma das atividades que merece destaque especial é, sem dúvida, a formação do núcleo colonial Porto Novo, cuja idéia, já aparecia no esboço dos estatutos da associação apresentado no Congresso Católico de Venâncio Aires pelo Pe. Theodoro Amstad.

A *Volksverein* indicou os primeiros administradores da colônia Porto Novo e foi muito atuante em todo o processo de instalação da nova colônia. A associação detinha uma série de instrumentos que contribuíram na implementação do projeto Porto

¹⁰ As assembléias geral dos católicos ou congressos católicos (Katholikentage) eram encontros promovidos pela Igreja Católica e tinham por objetivo discutir as necessidades mais urgentes da população católica. Todas as comunidades tinham representantes nestes congressos com direito de opinar durante as reuniões.

Novo: bancos, revistas, jornais, etc. Além disso, os dirigentes da *Volksverein* eram pessoas de grande circulação no meio público e mantinham contatos com importantes instituições alemãs, a exemplo da "*Rafaelsverein*" e da "*Katholicches Gesellenvereis aus Koln*", o que facilitava a obtenção de recursos financeiros e técnicos.

Na década de 1950 a *Volksverein* participou também ativamente da campanha pela emancipação do distrito de Itapiranga do município de Chapecó. A emancipação política e administrativa gerou mudanças no modo de agir dos administradores locais, levando-os a buscar alternativas para o desenvolvimento econômico da região que estava pauperizada e antes praticamente esquecida.

1.3 PROJETANDO A COLONIZAÇÃO

A intenção inicial era criar novas colônias no estado do Rio Grande do Sul, onde já existia alguma infra-estrutura, como escolas e igrejas. Esta opção se mostrou inviável devido ao preço elevado das terras. Além disso, membros do governo gaúcho não viam com bons olhos uma colonização formada exclusivamente por alemães católicos. É o que escreveu Pe. Rick, um dos idealizadores do projeto Porto Novo:

Numa consulta do Sr. Alberto Bins ao governador do Estado, Dr. Antônio Borges de Medeiros, pronunciou-se este disposto a colocar terras a venda para os católicos alemães. Por causa disto fizemos um requerimento por terras, situadas perto de Santa Rosa e Três Arroios. Entregou-se esta petição ao Dr. Borges de Medeiros, mas ela acabou não tendo qualquer resposta. Fui eu mesmo, por quatro vezes ao palácio por motivo desta situação. Desculpava-se Sua Senhoria de cada vez com o fato da falta de medição. Na minha última visita, disse-lhe eu sucintamente que pouco se nos dava da circunstância de a medição fazer-se um ano mais cedo ou mais tarde, sendo nosso desejo termos uma resposta decisiva no sentido de realmente podermos esperar a recepção de tais terras. Ela não veio. O homem a impedir o negócio, era o Dr. Carlos Torres Gonçalves, inimigo dos "alemães" e pessoa hostil aos católicos (Rick, 1989, p. 117).

A alternativa que se apresentou foi a colonização de terras do Oeste catarinense, que eram tidas como férteis e baratas. O advento da I Guerra Mundial, no entanto, interrompeu os planos da *Volksverein*, mas a idéia de formar uma colonização de alemães católicos não foi abandonada. No 12º Congresso Católico, realizado em Novo Hamburgo em 1926, a primeira compra de terras já havia sido concretizada. Diversas viagens da comissão de terras da *Volksverein* haviam sido efetuadas para verificar as condições e a fertilidade das terras da Empresa Chapecó-Pepery Ltda. A decisão de compra fora tomada numa reunião de delegados, que aconteceu nos dias 26 e 27 de abril de 1925 em Santa Cruz do Sul (RS). A primeira gleba de terra adquirida se deu em 28 de janeiro de 1926. Mais tarde, outras áreas foram incorporadas, perfazendo o total de 584 Km².

A área foi dividida em pequenas propriedades rurais, em moldes não muito diferentes dos lotes das antigas colônias. Considerou-se na época que 25 hectares seriam suficientes para uma família se estabelecer, sobreviver e progredir. O projeto previa que as famílias não fossem assentadas em lotes muito distantes de uma sede comunitária dotada com igreja e escola, mais uma estrutura para o comércio e lazer. Esse seria o cenário ideal, segundo os idealizadores do projeto, para criação de comunidades coesas e identificadas pelo senso de igualdade social e convívio comunitário. Kreutz (1991) chama a atenção para a importância social das pequenas comunidades ou linhas coloniais:

Insisto na explicitação a estrutura física destes núcleos coloniais, pois eles são a base sem a qual a rede de organizações socioculturais e religiosas a animar e caracterizar a vida dos colonos, praticamente sem a marginalização de ninguém que compusesse esta comunidade rural. Previa-se a participação de todos na igreja, escola e associações, inclusive com trabalhos concretos (Kreutz, 1991, p. 57).

A estrutura buscada seria, portanto, aquela que mais facilitasse a integração dos moradores, mesmo os mais distantes da comunidade; isto é, a participação nos eventos religiosos, econômicos e culturais. A organização das linhas coloniais era importante, por isso foi adotado o sistema de travessão para a divisão dos lotes e formação das comunidades.

a topografia de Porto Novo permitia mais facilmente a implantação do sistema de travessão, também conhecido como espinha de peixe, para a distribuição dos lotes. O mais importante era o núcleo para o qual convergia o travessão. Este núcleo deveria ter as condições básicas para a integração dos habitantes desta área, ou como então se dizia, para o desenvolvimento comunitário. A partir destes núcleos foram surgindo as vilas ou sedes distritais (Kreutz, 1991, p. 59).

O projeto para a colonização de Porto Novo não tinha apenas fins comerciais. Como já foi mencionado, os jesuítas pretendiam gerenciar os interesses materiais, espirituais e culturais dos associados. Neste sentido Middeldorf, relata que:

A colonização de Porto Novo não é um empreendimento comercial. Não visa a especulação financeira e segue unicamente o programa de colonização. A *Volksverein* persegue objetivos colonizatórios, econômicos e culturais. A serviço da religião e da boa identidade do povo, visa colonizar as terras com agricultores de fala alemã (Middeldorf, 1932, p. 7).

A importância de manter os costumes e promover o espírito comunitário e o cooperativismo eram os principais princípios sociais que norteavam as práticas da *Volksverein*. Com isso, pretendia-se potencializar o desenvolvimento econômico da colônia. O espírito comunitário era visto como fundamental para a realização das principais obras comunitárias e como uma forma de manter a comunidade coesa em torno dos objetivos estabelecidos pelos Jesuítas, mentores da colônia.

No que se refere à possibilidade de miscigenação étnica das famílias na colônia de Porto Novo, o que mais se temia era a ausência do espírito comunitário ocasionado pelo desconhecimento da língua, já que neste período a maioria dos imigrantes ainda não falava português. O convívio, por exemplo, de descendentes de alemães com descendentes de italianos ou de caboclos¹¹ numa mesma comunidade dificultaria a comunicação entre eles, o que tornaria, segundo os coordenadores do projeto, difícil a promoção do espírito comunitário. A ausência desse elemento era considerada, por sua vez, uma ameaça à fé e ao desenvolvimento econômico da colônia.

Apesar do viés discriminatório no que diz respeito à homogeneidade étnica e religiosa, não reservando espaço, principalmente, para os nativos da região, o projeto Porto Novo, pretendia já na sua fase de planejamento, criar uma comunidade pautada em princípios cooperativos, em laços de confiança e de reciprocidade, que possibilitassem o desenvolvimento da colônia que estava por ser criada.

1.4 A IMPLANTAÇÃO DA COLÔNIA

Com a compra das terras pela *Volksverein*, o passo seguinte consistiu em pôr em prática as idéias e metas do projeto que vinham sendo discutidas há anos. Era necessário arregimentar os pioneiros, persuadir as famílias a se instalar em Porto Novo e não nas outras várias colônias particulares que estavam surgindo no oeste catarinense. Essa tarefa foi facilitada pela estrutura da associação, que se encontrava ramificada por

¹¹ O termo “caboclo” é usado pela população local para identificar os nativos da região, mestiços e indígenas que viviam livremente nas terras da colônia antes do início da colonização.

todas regiões de colonização alemã no Rio Grande do Sul, além de contar com diversos jornais, com a *Sparkass*¹², e com a ajuda dos padres das comunidades.

Havia, entretanto, uma acirrada concorrência com outras empresas que tinham na compra e venda de terras um negócio muito lucrativo. Surgiram assim intrigas e boatos que implicavam, inclusive, em disputas judiciais. Neste contexto, a *Volksverein* lançou mão de diversas estratégias de propaganda, como textos e imagens veiculadas em seus meios de comunicação. Além disso, propôs formas facilitadas de aquisição de terras, com pagamento parcelado e com prazos maiores que os da concorrência.

Como as outras empresas colonizadoras também prometiam uma boa infraestrutura e atraíam imigrantes para outros locais, a *Volksverein* adotou uma postura mais agressiva para arregimentar colonos. Isto, somado a má fé de alguns dirigentes da própria *Volksverein*, que recebiam suborno para selecionar interessados em mudar para outras empresas colonizadoras, acabou por conferir à organização uma imagem que se afastava cada vez mais dos princípios associativistas e aproximava-se do modo de funcionamento de uma empresa colonizadora.

Apesar desses problemas, a partir de 1926, os primeiros compradores de terras se instalaram em seus lotes. As famílias vindas do Rio Grande do Sul atravessavam o Rio Uruguai e se instalavam na floresta virgem em meio a grandes dificuldades devido à falta de infraestrutura básica (habitações, casas comerciais, escolas e outras).

¹² A importância das cooperativas de crédito dos colonos será discutida nos próximos itens.

Os primeiros moradores de Porto Novo foram acompanhados pelo Pe. Max Von Lasseberg, todos saídos de Cerro Azul no Rio Grande do Sul. Eles se instalaram nos lotes mais próximos do Rio Uruguai. As linhas coloniais seguiam os afluentes do rio interior adentro, de modo que a ocupação foi se interiorizando. O Quadro 1, a seguir, mostra a evolução das vendas dos lotes de terras na nova colônia. As vendas foram mais intensas nos primeiros anos da colonização em função das condições oferecidas e a dedicação na divulgação do novo empreendimento. Os pioneiros foram ocupando as terras das margens do Rio Uruguai. A expansão aconteceu para o norte e em direção à fronteira da Argentina.

Quadro 1. Venda de terras na colônia Porto Novo

Períodos	Venda de terras (%)
1926 a 1930	50
1931 a 1940	25
1941 a 1969	25

Fonte: Jungblut, 2000.

Por volta de 1932, começaram a chegar em Porto Novo famílias vindas diretamente da Alemanha. Conforme Middeldorf (1932, p.45), a *Volksverein* mantinha contatos e relações na Alemanha com associações com objetivos semelhantes aos seus. Dessa forma, em 1931, representantes da “*Rafaelsverein*” (Sociedade São Rafael) e da “*Katholicches Gesellenvereis aus Koln*” (associação inspirada nos ideais de Adolf Kolping)¹³ visitaram a colônia para estudar possíveis imigrações de alemães para Porto Novo, o que se concretizou no ano seguinte. A partir de 1950, muitas famílias das

¹³ Em 1934 foi construído em Itapiranga um clube social para centralizar as atividades da associação inspirada nos ideais de Adolf Kolping que pregava o convívio comunitário e cooperativo. Este clube existe ainda hoje. Seu prédio foi tombado como patrimônio histórico de Itapiranga.

regiões mais antigas de colonização alemã de Santa Catarina, também, optaram por se instalar na colônia da *Volksverein*.

Muitos dos que vieram diretamente da Alemanha se instalaram na Linha Presidente Becker¹⁴, comunidade localizada próximo da fronteira com a Argentina. A vinda desses imigrantes alemães para Porto Novo incorporou novos conhecimentos à comunidade local. Eles eram, na maioria, de origem urbana, conhecedores de um ofício ou uma profissão não-agrícola, mas que estavam desempregados no país de origem. Na fase inicial na colônia, eles se dedicaram à agricultura, mas conforme o projeto foi avançando passaram a realizar outras atividades (Willems, 1946). Essas famílias mantinham, também, laços sociais mais próximos com seu país de origem. Estas relações foram fundamentais para o acesso a recursos financeiros e técnicos que contribuíram na realização de muitos novos empreendimentos. A Foto 1, a seguir, ilustra o surgimento do núcleo urbano de Itapiranga em 1927.

¹⁴ Até hoje esta comunidade guarda alguns traços específicos, a exemplo de festas típicas (Oktoberfest) e dialeto com certas variações em relação ao alemão falado pela maioria dos itapiranguenses.



FOTO 01 – NÚCLEO URBANO DE ITAPIRANGA (ANTIGA PORTO NOVO), ÀS MARGENS DO RIO URUGUAI, POR VOLTA DE 1927.
 FONTE: MIDDELDORF (1933).

A *Volksverein* se preocupava, também, em acompanhar o aumento populacional da colônia. Diversas estimativas e censos populacionais foram divulgados, conforme demonstra, a seguir, o Quadro 2.

Quadro 2: Estimativas e censos populacionais da *Volksverein* para a Colônia Porto Novo entre os anos 1930 e 1950

Ano	População Estimada	Censo oficial
1930	1.300	
1931	2.000	
1937	4.000	
1940		4.813
1947	10.000	
1950	12.000	13.542

Fonte: Jungblut, 2000.

A maior parte dos lotes foi vendido nos primeiros anos da colonização, no entanto, a sua ocupação foi mais intensa a partir da década de 1940. Em muitos casos, partiam primeiro o pai e os filhos homens mais velhos para organizar o lote e construir as primeiras benfeitorias e, mais tarde, o restante da família vinha para a colônia. Dessa maneira, o crescimento populacional expressivo de Porto Novo a partir do final da década de 1930 até a década de 1950 é resultado da chegada de novas famílias e de membros das famílias que já estavam na região.

1.5 A MOBILIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL NOS PRIMEIROS ANOS DA COLONIZAÇÃO

Em 1932, já se pode ter uma primeira demonstração da capacidade de mobilização do capital social e econômico na nova colônia. No dia 21 de outubro de 1932 foi fundada em Itapiranga, com 41 sócios a primeira cooperativa de crédito¹⁵ de Santa Catarina, sob a denominação de Caixa Rural União Popular, ligada à central das Caixas Rurais (*SPARKASS*) do Rio Grande do Sul. A constituição desta cooperativa se deu devido à dificuldade sentida na colônia Porto Novo de acesso ao crédito das Caixas Rurais do Rio Grande do Sul.

O objetivo das Caixas Rurais, conforme seus estatutos, era “combater a usura, fornecendo a juros módicos, a seus sócios e somente a eles, os capitais necessários à exploração de seu pequeno trabalho, facilitando-lhes o exercício de sua profissão” (Estatuto da Caixa Rural União Popular de Porto Novo, 1932).

¹⁵ Esta cooperativa teve papel importante no desenvolvimento do município, principalmente no começo da década de 1960 quando participou da execução do plano de desenvolvimento econômico de Itapiranga.

1.5.1 SPARKASS: “o banco do colono para o colono”

O vocábulo alemão *Spar-und Darlehenkasse* significa caixas de poupança e de empréstimos. Foi assim que os colonos denominaram o sistema de crédito implementado pelos jesuítas entre os agricultores de origem alemã do Rio Grande do Sul e do Oeste de Santa Catarina. Seu nome oficial era Sistema de Crédito das Caixas União Popular e a idéia mestra era auxiliar os colonos nos seus problemas financeiros e, especialmente, promover ou financiar novas colonizações. O Sistema se inspirou nos princípios associativistas de Friedrich Wilhelm Raiffeisen (1818 – 1888), que havia desenvolvido cooperativas de crédito na Alemanha, em meados do século XIX. Como prefeito de Flammersfeld, uma cidade essencialmente agrária da Alemanha, Raiffeisen buscou alternativas para crise que a assolava através da criação de um sistema de crédito entre os agricultores, contando inicialmente com 60 sócios (Pinho, 1982).

Desta experiência surgiram ainda outras e, em 1865, Raiffeisen escreveu um livro sobre o assunto, intitulado *Die Darlehenskassenvereine als Mittel zu Abhilfe der Not der Ländlichen Bevölkerung*¹⁶ (As sociedades de caixas de empréstimo como instrumento de auxílio da necessidade da população agrária). Provavelmente este livro foi lido pelo Pe. Theodor Amstad¹⁷, pois foi ele que, junto com um grupo de 19 colonos de Nova Petrópolis (RS), fundou em 1902 a primeira Caixa de Crédito que, posteriormente, iria dar origem ao Sistema de Crédito das Caixas Rurais União Popular.

¹⁶ Citado por Feeger, Ranz. F.W Raiffeisen hat das Dorf Kreditwürdig gemacht. In Skt Paulusblatt. Junho de 1988, p. 24

¹⁷ O padre. Theodor Amstad era suíço e veio para o Brasil em 1886 como missionário. Foi um dos fundadores da Volksverein e idealizador do projeto Porto Novo.

O objetivo do sistema era criar uma ferramenta de distribuição da riqueza e auxílio aos menos afortunados, como pode ser percebido no discurso do diretor da colônia Porto Novo, na ocasião da fundação da Caixa Rural nessa colônia em 1932.

O agricultor, que emigra de núcleos mais populosos para procurar nas terras virgens o futuro de seus filhos fica abandonado ao léo nas inóspitas paragens do interior, desbrava a mata virgem, (...) não pode esperar pelas providências tardias das autoridades que no sertão grosso, com a deficiência dos meios de comunicação, com a falta de meios não a acorrem ou quiçá ignoram-lhe os anseios verdadeiros. A caixa rural é o que a todos deve unir, ela recolhe as sobras dos que mais possuem e as emprega a módicos juros para incentivar aqueles que, menos compensados foram pelo aquinhoamento da sorte. O espírito da harmonia e da cooperação conseguirá em pouco refletir-se beneficentemente sobre os interesses da coletividade e o lema cristão de um por todos e todos por um, constituirá o princípio de prosperidade da colônia. O capital ganho na gleba assim permanecerá na própria colônia, não convergindo para os bancos, que tem seus interesses nas cidades, mas será empregado na própria circunscrição rural, onde influirá sobre a fortuna da população geral¹⁸.(grifos meus)

Pode-se notar a ênfase em apontar, por um lado, o caráter econômico da instituição financeira que se estava fundando, no sentido de auxiliar os agricultores que ficavam praticamente isolados nas zonas distantes de centros urbanos. Por outro lado, este auxílio econômico não é destituído de um sentimento cristão expresso no lema de “um por todos e todos por um” adotado simbolicamente pela *Volksverein*.

Um artigo publicado pelo jornal “A Voz de Chapecó”, considerava a Cooperativa como a mais importante organização do gênero em toda América do Sul.

A primeira destas caixas foi fundada em 1902, cinco anos antes, portanto, de ser promulgada, no Brasil, a primeira lei de cooperativa do país. Naquele tempo era secretário geral da Sociedade União Popular, o padre Theodoro Amstad, de saudosa memória, natural da suíça, o apóstolo sem par do cooperativismo do sul do Brasil. A essa caixa seguiram-se, aos poucos, novas fundações e com o correr dos anos, até hoje, se formou esta pujante família de crédito cooperativo integrada pelas 47 Caixas existentes. Os resultados

¹⁸ Discurso de Carlos Francisco Rohde, diretor da colônia Porto Novo, registrado no livro de Matricula de Sócios da Caixa União Popular de Porto Novo. P. 02.

foram surpreendentes e a prova cabal do acerto no sistema adotado como modelo pela União Popular: o clássico sistema Reiffeisen, que prega a fórmula da constituição sem capital, sem distribuição de lucro e com a responsabilidade solidária e limitada do associado, bem como a gratuidade da diretoria. Poder-se-á imaginar fórmula mais ideal e cristã para o manejo do dinheiro? Parece nos que não. A Central das Caixas Rurais foi fundada no ano de 1926, quando o número de Caixas já havia ascendido a mais de uma dúzia, foi pelas mesmas resolvido fundar uma central, a atual Central das Caixas Rurais já citada. Visavam, com esta centralização de federativa, facilitar o intercâmbio de dinheiro entre as diversas zonas agrícolas, promover a uniformização e, sobretudo, criar um serviço eficaz e permanente de assistência às cooperativas de crédito existentes, no que concerne à contabilidade, técnica de receber dinheiro, eliminação de vícios e abusos, esclarecimentos sobre legislação, defesa das caixas nos seus direitos e isenção de impostos [...]. A Caixa Rural é na verdade, o Banco do Colono para Colono. (A voz de Chapecó, 1949, p.5)

As Caixas Rurais formavam um sistema integrado que visava o intercâmbio do dinheiro para o desenvolvimento de diferentes regiões agrícolas. A Central Financeira pode ser entendida como uma forma de promover o auxílio entre as diferentes regiões através da distribuição de riquezas envolvendo regiões mais abastadas e as de condições mais precárias ou as que estariam iniciando o processo colonizatório. Além disso, a retenção da poupança na região é, até hoje, um elemento mencionado como estratégico pelas instituições especializadas em desenvolvimento local.

Nos primeiros tempos, a Caixa Rural fazia vários tipos de operações financeiras, porém, a partir do final da década de 1950 e início dos anos 1960, esta passa pelo seu momento de maior importância. A Caixa Rural de Itapiranga apoiou o planejamento e a execução do plano de desenvolvimento econômico elaborado para o município de Itapiranga¹⁹, dispondo de um jipe com motorista para transportar a equipe

¹⁹ Este plano de desenvolvimento foi elaborado com o objetivo de estimular o crescimento econômico do município de Itapiranga. No Capítulo 2 faz-se uma análise desse processo.

de pesquisadores para os pontos das reuniões e, mais tarde, tornando-se detentora dos direitos autorais deste plano de desenvolvimento, concedidos a ela pela *Misereor*²⁰.

Já como resultado do plano de desenvolvimento, a Caixa Rural, foi responsável pela organização de cursos de curta duração para mais de 2.000 agricultores sobre criação e manejo de bovinos e suínos, cooperativismo e técnicas de conservação do solo. Estes cursos foram ministrados pelo médico veterinário Hans Fischer, o agrônomo Bernardo Lenz e o sociólogo Martinho Lenz; os dois últimos ligados a igreja católica e o primeiro trazido pela Comissão Municipal de Desenvolvimento (COMUDE).

A Caixa Rural teve importância fundamental durante o desenvolvimento das principais obras do plano de desenvolvimento econômico. Era ela quem recebia e distribuía os recursos recebidos das instituições alemãs e os empréstimos do governo federal e do estado.

Além da *Sparkass*, em 1937, onze anos após a chegada dos primeiros colonos, Itapiranga já contava com doze escolas espalhadas pelas comunidades do interior. A existência de escolas era vista como fator decisivo para a vinda de novos agricultores e, fundamental para o bom andamento do projeto. Desde o início da colonização sempre existiu uma preocupação em fornecer condições de estudo para os filhos dos colonos. A educação era vista pelos padres jesuítas como a maneira mais eficaz de se manter a identidade cultural e religiosa, já que era uma instituição coordenada pelos sacerdotes. A escola, portanto, era importante ferramenta para o

²⁰ Organização não governamental ligada a igreja católica da Alemanha que patrocinou boa parte dos custos de elaboração e implantação do plano de desenvolvimento econômico do município de Itapiranga, em 1962.

controle e a difusão da religião e da ética do trabalho e para homogeneização das ações dos indivíduos locais.

1.5.2 As escolas paroquiais

Importante instrumento de formação de capital social, a escola foi também uma ferramenta de repressão, inibindo, muitas vezes, a incorporação de novos valores e conceitos e exclusão de quem não fosse de origem germânica e confissão católica. Os professores eram indicados pela igreja, a língua usada era o alemão, o estudo do catecismo era obrigatório e só eram aceitos como alunos os filhos dos imigrantes. Os caboclos eram vistos como seres inferiores e a sua presença era indesejada e combatida, não só na escola como nas demais instituições. Já com a presença de pessoas de outras etnias e religiões a preocupação era menor, pois a seleção já acontecia no momento da compra dos lotes sendo difícil a presença de outra etnias de origem européia em Porto Novo.

Percebe-se, tanto nas ações da Caixa Rural, quanto no modelo de ensino adotado, um certo caráter discriminatório na formação de capital social e de exclusão das famílias da região. As regras eram extremamente rígidas, impedindo a participação daqueles que não fossem do grupo social preconizado pelo projeto de colonização.

Com os trabalhos prestados pela Caixa Rural, a disponibilidade de escolas para a grande maioria dos filhos dos colonos e a superação da maioria dos problemas relacionados à *Volksverein*, tudo indicava que o projeto se desenvolveria sem maiores contratempos. O plano de formar uma colônia homogênea do ponto de vista étnico e

religioso, finalmente, se concretizaria. Os colonos poderiam viver tranquilos, preservando o modo de ser de seus antepassados, falando a língua alemã e celebrando o culto religioso católico, sem que ameaças externas os pudessem desvirtuar.

Mas nos termos de Rohde (1952, p. 236), “a calmaria antes da tempestade” não durou muito tempo. A “tempestade” veio em 1938, com a nacionalização do ensino e a conseqüente necessidade de seguir os preceitos da Constituição brasileira. A vida normal na colônia Porto Novo foi desestabilizada pela Lei Federal Nº 7.614, de 12 de dezembro de 1938, que no seu artigo sétimo determinava que “A instrução primária será ministrada exclusivamente em português”. Esta lei federal reforçou a de Nº 406, e os decretos-leis estaduais Nº 88, de 1938, e Nº 301, de 1939, aplicados pelo governador Nereu Ramos. Ela implicou em desdobramentos administrativos e pedagógicos no município a exemplo dos demais municípios catarinenses colonizados por outras etnias. Além de proibir falar a língua alemã em Santa Catarina, estabeleceu-se uma significativa repressão à população. Escolas foram proibidas de ensinar em língua estrangeira e a polícia reprimia manifestações culturais típicas.

Houve grande empenho dos jesuítas em tentar reabrir as escolas. A grande preocupação do clero era a perda do controle sobre a sociedade, mas o esforço em manter a uniformidade das escolas foi em vão. O Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, nº 1.288, de 27 de agosto de 1938, publicou o decreto Nº 516, do governador Nereu Ramos, que nega o registro das escolas paroquiais, extinguindo-as, e, em seu lugar, determina a abertura de escolas públicas estaduais.

Neste distrito, no ano de 1938, funcionavam doze escolas primárias organizadas pela empresa colonizadora. O ensino era ministrado em língua alemã, os livros eram neste idioma e os professores recebiam subvenção do

estrangeiro. Depois por ordem do governo estadual, essas escolas foram fechadas(...) Depois, no ano de 1939, nove daquelas escolas foram reabertas sob o compromisso de ser o ensino praticado em língua portuguesa. Nenhuma autoridade escolar visitou as aludidas escolas e três destas ainda continuam fechadas, havendo grande número de crianças se criando em completo analfabetismo. Nos lares, na atividade da vida, nos negócios e trabalhos só se falava a língua estrangeira. Será isto nacionalização? Muito duvidamos.²¹ (Bellani, 1995, p. 235).

A transformação das escolas paroquiais em públicas trouxe, através de concursos, professores de outras regiões. Os decretos-leis sobre a nacionalização do ensino, que na prática representava a implantação de escolas públicas e a substituição da língua alemã pela língua portuguesa, foram cumpridos a rigor. Além da nacionalização do ensino, o período da Segunda Guerra Mundial também provocou mudanças na vida das pessoas. Perseguições e delações daqueles que falavam alemão, invasões domiciliares e apreensões de aparelhos de rádio²², além de intrigas e torturas físicas foram comuns na tentativa de obter informações sobre a suposta existência de armas ou culto ao nazismo.

A repressão, as ameaças e as dificuldades acabaram servindo para aumentar a coesão comunitária. Aos poucos alguns dos antigos professores foram reconduzidos aos seus cargos e, naqueles casos onde isso não foi possível, aconteceram negociações para a contratação de pessoas que pelo menos entendessem a língua alemã²³. O que se percebeu foi também uma melhora significativa na qualidade da educação. O estudo do catecismo não foi abolido, mas perdeu espaço em relação aos conteúdos escolares.

²¹ Itapiranga. A Voz de Chapecó. 02/06/1940, nº 47, p.2.

²² Acerca do relato de alguns acontecimentos deste período, veja-se o livro de Rohde, 1942.

²³ Entrevista com ex-professor da época.

Percebe-se que é nos períodos de maior desequilíbrio que acontece um fortalecimento da coesão comunitária. O fechamento das escolas paroquiais permitiu o início da introdução de novos valores na colônia que até aquele momento permanecia fechada e totalmente subordinada aos preceitos da igreja. A Segunda Guerra e a nacionalização do ensino também reacenderam uma vontade antiga da colônia; a emancipação política com conseqüente formação de um novo município.

Para tanto, após o fim da segunda guerra, a *Volksverein* que administrava a colônia tratou de restabelecer o fluxo de imigrantes gaúchos e catarinenses, usando toda a sua estrutura de meios de comunicação espalhada pelo Rio Grande do Sul e nas regiões catarinenses de colonização alemã.

Através desses fatos, pode-se afirmar que o processo de organização da colônia esteve assentado num jogo de relações que culminou num processo intenso de produção de capital social. O termo capital social não aparece, é claro, nos documentos e discursos da época, pois é uma noção relativamente nova e que vem sendo usada com mais freqüência apenas nas últimas décadas. Fica claro, no entanto, o objetivo de cultivar os laços de confiança, reciprocidade e cooperação como uma forma de fazer da implantação da nova colônia um território de desenvolvimento singular.

A presença da confiança entre os agentes facilitava a difusão dos “negócios”, “transações” ou os “contratos” entre estes. Em regiões em que as populações possuem tais atributos, as transações econômicas ocorrem mais facilmente e os custos destas também são menores, visto que são necessários menos instrumentos e organizações que cumpram o papel de coerção, punição ou fiscalização. A reciprocidade ou a cooperação

também é um importante mecanismo cultural que confere caráter produtivo ao capital social. Assim, outro pressuposto que a noção teórica sobre capital social questiona é que não são somente a competitividade e os interesses egoístas que movem a economia capitalista. A cooperação e a reciprocidade entre os agentes são fundamentais e necessárias para o desenvolvimento e este fato também foi observado nos territórios mais avançados do planeta do ponto de vista tecnológico e econômico.

Abramovay (1998, p. 9-10) ressalta, por exemplo, que “o importante, no processo que fez do Vale do Silício – Costa Oeste norte-americana - o mais profícuo centro mundial de criação de novas tecnologias foram os contatos em primeira mão com as novidades e a existência de uma comunidade de indústrias na qual as idéias poderiam circular e as pessoas poderiam conversar de modo totalmente contrário ao espírito da competição – ao menos na forma com que ela é entendida na economia convencional de mercado”.

No próximo capítulo analisa-se o período compreendido do Pós-Guerra até meados dos anos 1980. Uma atenção especial será dada ao processo de planejamento do desenvolvimento local operado a partir dos anos 1960. Entende-se que esse processo exerceu um papel estratégico de estruturação socioeconômica da microrregião e auxilia na compreensão da sua situação atual.

Capítulo II: DA EMANCIPAÇÃO ÀS PROPOSTAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: 1954 a 1985

Terminada a 2ª Guerra Mundial, a vida, as estruturas sociais voltaram à normalidade em Itapiranga. Devido à importância da arrecadação de impostos, Itapiranga mereceu em 1948 a visita do então Governador Aderbal Ramos e em 1952 esteve no distrito o Governador Irineu Bornhausen. Naquela oportunidade autoridades locais apresentaram um veemente pedido para que, em 1953, Itapiranga fosse emancipado e se tornasse sede municipal.

A emancipação aconteceu em 1954, provocando transformações na vida e na economia local. Ela foi o ponto de partida para uma série de realizações que iniciaram com a organização da administração municipal e culminaram com o desencadeamento de um processo de planejamento do desenvolvimento econômico e social.

O objetivo deste capítulo é resgatar os fatos mais importantes relacionados ao período compreendido entre 1954 e 1985 e que dizem respeito à implantação do

município e aos trabalhos de planejamento para o desenvolvimento econômico e social. Itapiranga, no início da década de 1950 encontrava-se em situação econômica difícil e necessitava implantar um processo organizado de desenvolvimento. Para isso, as lideranças locais lançaram mão do bom relacionamento com uma diversidade de instituições locais, regionais e alemãs para obter recursos de todas as ordens e iniciar um novo ciclo de crescimento no novo município. Em meio a muitos conflitos, prevaleceram o espírito comunitário, a confiança e a cooperação que renderam ao município obras importantes que passaram a determinar a dinâmica local de desenvolvimento.

2.1 EMANCIPAÇÃO DO DISTRITO DE ITAPIRANGA

A Constituição de Santa Catarina de 23 de julho de 1947 em seus artigos 96 e 97 estabelecia que novos municípios deveriam possuir, no mínimo 20.000 habitantes e novos distritos somente poderiam ser criados se tivessem mais de 5.000 pessoas. Além disso, o novo município deveria ter uma arrecadação de Cr\$ 300.000,00 Cruzeiros e os distritos Cr\$ 50.000,00 Cruzeiros. Fixava ainda os anos terminados em 3 e 8 para emancipação de municípios e distritos (Jungblut, 2000).

Pela Coletoria da Sub-prefeitura de Itapiranga, em 1947 foram arrecadados aproximadamente Cr\$ 300.000,00 Cruzeiros em impostos estaduais e mais cerca de Cr\$ 115.000,00 em tributos municipais. A população, no entanto, estava em torno de 10.000 habitantes (Rohde, 1951), deixando Itapiranga abaixo dos requisitos mínimos estabelecidos por lei. Em 1948, alguns municípios foram emancipados no Estado e

lideranças do distrito tentaram incluí-lo no processo. A iniciativa não encontrou, contudo, respaldo político.

A oportunidade seguinte seria em 1953. Como o mesmo problema de cumprimento da lei atingia também os Distritos de São Miguel do Oeste, Descanso e Mondai, em 1952 pensou-se em reuni-los em um novo município. A discussão acalorada estava na definição da sede. Se São Miguel do Oeste era o pólo comercial da região, Itapiranga tinha um trunfo poderoso: a presença de seu “filho” João Vicente Schneider, como deputado, na Assembléia Legislativa de Santa Catarina. No começo de 1953, todavia, foi apresentada uma proposta de Emenda à Constituição de Santa Catarina, reduzindo a população mínima para emancipação de 20.000 para 5.000 habitantes. Após discussões e disputas partidárias, a Emenda foi aprovada em dezembro daquele mesmo ano. Os principais distritos da região entraram, então, com pedidos independentes para serem emancipados acabando com a mencionada disputa pela sede. A Assembléia Legislativa aceitou os pedidos e pela Lei Estadual nº 133 emancipou oito distritos em 30 de dezembro de 1953: São Miguel do Oeste, São Carlos, Mondai, Palmitos, Dionísio Cerqueira, Xaxim, Xanxerê e Itapiranga.

A comissão de emancipação de Itapiranga, que havia sido criada em 1948, reuniu-se em 26 de janeiro de 1954 e escolheu por unanimidade o Sr. Wilibaldo Schoeler, um dos principais comerciantes do município, para ser prefeito provisório até a primeira eleição prevista para dali a dez meses. A solenidade de instalação do município aconteceu em 14 de fevereiro de 1954 e contou com a presença de inúmeras autoridades, sendo a mais importante, o governador do Estado.

A economia local era pouco integrada aos mercados nacional e estadual. A madeira, a banha e o fumo constituíam-se nas únicas fontes de renda da população do município. A criação do suíno tipo banha²⁴ respondia, no final da década de 1950, por aproximadamente 73% da renda dos agricultores locais. O comércio e a indústria eram muito pouco desenvolvidos e constituídos por pequenos estabelecimentos artesanais e familiares.

Embora o processo de modernização da agricultura tenha iniciado em algumas microrregiões do Oeste Catarinense²⁵ já nos anos 1940, Itapiranga parecia não progredir, o que preocupava as lideranças e, principalmente, as instituições que tinham apostado e investiam no município. Por volta de 1960, o isolamento da região, as precárias vias de escoamento da produção, a diminuição da fertilidade natural do solo e a descapitalização dos agricultores geravam condições insustentáveis de vida para população local.

Diante desse quadro, a *Misereor*²⁶, entidade com sede na Alemanha, que através da *Volksverein* constantemente remetia recursos para a região demandou a elaboração de um plano de desenvolvimento com análise de viabilidade como condição para que continuasse a beneficiar a região com suas verbas. Assim, por iniciativa da *Misereor* e com o apoio da Prefeitura, *Volksverein* e da Caixa Rural, foi contratada, no

²⁴ Este tipo de suíno era também conhecido como porco comum, porco preto ou simplesmente *Speckschwein*, sendo praticamente a única raça de suínos criada no município até o final da década de 1960. Por incentivo das agroindústrias já existentes na região, esta raça de suínos passa a ser substituída primeiro pelo porco vermelho (Duroc) e depois pelas raças de porco branco (Landrace e Large White)

²⁵ Municípios como Concórdia, Chapecó, Joaçaba e Videira já contavam com agroindústrias e sistemas de produção bem mais modernos do que Itapiranga.

²⁶ A “Misereor” é uma Organização Episcopal da Alemanha que, na sua origem, se ocupava de obras de caridade desenvolvidas pelos católicos alemães em favor das populações famintas de todo mundo. Atualmente esta organização trabalha especialmente com organizações não governamentais em projetos que visam a melhoria das condições de vida de pequenos agricultores, bem como, comunidades da periferia das cidades.

início dos anos 1960, a empresa Agro e Hidrotécnica de São Paulo²⁷, especializada em planejamento estratégico, para fazer um minucioso levantamento sócio-econômico, com o objetivo de elaborar um plano de desenvolvimento para o município.

No período de novembro de 1961 a fevereiro de 1962 foram realizados os trabalhos de levantamento de dados pelos técnicos da Agro e Hidrotécnica em todo o município de Itapiranga. Este levantamento foi o mais completo já realizado até hoje na região, abrangendo desde dados geográficos até a identificação pormenorizada da situação econômica local. O plano de desenvolvimento econômico elaborado para Itapiranga, a partir dos dados obtidos no recenseamento, apresentava propostas de melhorias em todas as áreas de atuação. Este planejamento para o desenvolvimento econômico da microrregião de Itapiranga, provavelmente, é um dos maiores diferenciais da região. Podemos ver que um tema que hoje ainda não entrou na pauta de discussão de muitos municípios, já na década de 1960, foi realizado com muito sucesso nesta região.

Graças a participação da comunidade local os dados coletados apresentavam alta confiabilidade e proporcionaram uma noção bastante precisa da situação econômica e social. Na sequência passamos a discutir o a implantação das principais obras sugeridas, bem como, as negociações e acordos para a obtenção de recursos.

²⁷ Empresa especializada em planejamento estratégico era uma filial da “*Agran und Hidrotechnik*” de Dusseldorf, na Alemanha.

2.2 AS RECOMENDAÇÕES DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DE 1962

O levantamento sócio-econômico permitiu à Empresa Agro e Hidrotécnica recomendar ações para todas as áreas de atuação. Foram indicadas ações para curto, médio e longo prazo.

Na área da educação foram sugeridas as formações de líderes rurais, a construção de pequenas bibliotecas sobre economia e atividades rurais e o oferecimento de cursos de economia doméstica. Estas medidas deveriam ser tomadas no curto prazo. No longo prazo foi sugerida a construção de uma Escola Agrícola de segundo grau para a formação profissional dos filhos dos agricultores. Esta escola foi construída quase que exclusivamente com mão-de-obra voluntária da população local e o ensino profissionalizante passou a ser oferecido nas dependências da mesma somente a partir de 1980.

Para a saúde foram recomendados o controle do alto grau de verminose, o reaparelhamento dos três hospitais que já na época existiam na região e a promoção de higiene do lar. No médio prazo, foram sugeridas a instalação de uma estação de tratamento de água - o que aconteceu em 1967- e a instalação de rede de esgoto na sede do município, obra iniciada em 1981 e que continua sendo estendida até hoje.

No setor dos transportes, as principais sugestões foram a melhoria urgente da malha rodoviária com prioridade para a rodovia que dava acesso aos municípios de Mondai e Chapecó, o asfaltamento da rodovia de acesso a São Miguel do Oeste - que

aconteceu em 1978 - e a construção de um aeroporto de porte médio, realizado em 1977.

Para as comunicações foi sugerida a ligação da rede telefônica com as linhas da TELESC - feita em 1977 - e a aquisição de um canal de rádio - realizado em 1963. Já no setor da energia elétrica as recomendações foram no sentido de aumentar a oferta e de proceder a ligação da rede local, que trazia energia do Rio Grande do Sul, com a CELESC - o que aconteceu em 1970.

Na agropecuária, setor em que se encontravam as maiores dificuldades, as sugestões eram de melhorar os índices zootécnicos dos rebanhos, a sanidade e genética dos plantéis e a produtividade das principais culturas e criações. O instrumento seria a assistência técnica aos agricultores, que começou a melhorar a partir de 1964 quando foi instalado no município um escritório da Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (ACARESC) que desenvolveu inúmeros trabalhos junto às propriedades agrícolas.

De maneira geral, todas as ações se davam na direção da melhoria das condições de vida de toda a comunidade local. Muitas obras foram realizadas com grande envolvimento comunitário. A que mais demandou a participação efetiva dos atores locais, sem dúvida nenhuma, foi a construção da escola agrícola. Somente nesta obra foram contabilizados 9.056 dias de serviço voluntário. Eram feitas as escalas de trabalho e a cada dia os moradores de uma nova linha colonial prestavam serviço voluntário. Muitas vezes, as atividades das propriedades eram paralisadas para auxiliar a construção da nova escola. Além dessas obras de âmbito social, o plano para o

desenvolvimento econômico de Itapiranga sugeriu também algumas obras para incrementar a economia do município.

2.3 INDUSTRIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS

Finalmente, a Agro e Hidrotécnica indicava a industrialização dos produtos do agricultor local. Duas indústrias foram sugeridas, a primeira foi a instalação de um abatedouro de suínos com o objetivo de industrializar e agregar maior valor ao principal produto do município: o suíno. A outra indústria sugerida foi um laticínio, através da qual se poderia inserir um grande número de produtores com um menor custo.

Os projetos foram apresentados à população e a diversos órgãos possíveis financiadores das obras. A grande maioria das propostas apresentadas foi concretizada ainda na década de 1960. Tiveram papel fundamental na realização dos principais objetivos do plano de desenvolvimento a *Misereor* e a Comissão Municipal de Desenvolvimento (COMUDE). Dada a importância dessas instituições na operacionalização do plano e na organização e mobilização da comunidade local, na sequência, analisa-se as mesmas com mais profundidade.

2.3.1 A " *Misereor* "

A Organização Episcopal da Alemanha Ocidental (*Misereor*), era entidade que controlava as obras de caridade desenvolvidas pelos católicos alemães em favor das

populações famintas de todo mundo. Estes trabalhos em favor dos povos necessitados sem distinção de cor, raça e crença eram controlados pelo órgão “*Miserere*”, organização caritativa para habitantes especialmente da África, Ásia e América Latina.

O espírito caritativo se justificava, em grande parte pelo pânico de ver o mundo ser dominado pela União Soviética e pelo comunismo. Muitas vezes nas pregações religiosas era usada a afirmação: “*não adianta formar novos partidos e nova política: se o ocidente quiser sobreviver e não ser aos poucos devorado pela União Soviética, é preciso ajudar os povos necessitados*”²⁸.

A instituição “*Misereor*” foi criada em 1959 e suas finalidades se resumem em três pontos principais seguidos até hoje: a) melhorar e aumentar a produção dos alimentos; enviando técnicos, empregando sementes, adubos, máquinas próprias e escolas agrícolas; b) levantar o nível de vida; construir escolas; c) melhorar a assistência à saúde, instruindo o povo, na orientação higiênica e sanitária.

Todo e qualquer projeto que era patrocinado deveria ser antes apresentado à Organização dos Bispos da Alemanha. Os projetos passavam pela avaliação da instituição que de acordo com a viabilidade, liberava os recursos. No caso de Itapiranga, pelo fato de sempre terem existido intensas trocas de informação com a Alemanha, a “*Misereor*” passou a atuar já no ano de sua fundação (1959). Inicialmente os recursos eram destinados para projetos de pequeno alcance social a exemplo de melhorias em centros comunitários de algumas comunidades e escolas. No entanto a avaliação que a

²⁸ Itapiranga em Marcha, nº 68, 1962 pag 7.

instituição teve foi de que os resultados eram insignificantes e, por isso, sugeriu que fosse elaborado um plano de desenvolvimento para o município.

Este plano passou a ser de propriedade exclusiva da Caixa Rural de Itapiranga, órgão coordenador local do projeto. A “*Misereor*” custeou todas as despesas do recenseamento e elaboração das propostas de desenvolvimento. O custo total deste trabalho foi de Cr\$ 3.950.264,00 cruzeiros²⁹. Este valor corresponde a aproximadamente 440 salários mínimos da época (Cr\$ 8.960,00 cruzeiros). O dinheiro foi depositado a fundo perdido na Caixa Rural para que fossem pagas as despesas com do planejamento.

Além de bancar as despesas da elaboração do plano de desenvolvimento, a “*Misereor*” enviou em outras oportunidades elevadas quantias em dinheiro a fim de financiar a compra de animais e fazer melhorias nas propriedades dos pequenos agricultores. Teve também importância fundamental na construção da escola agrícola sugerida no plano de desenvolvimento.

Para coordenar a instalação das obras sugeridas no plano de desenvolvimento patrocinado pela “*Misereor*”, foi necessária a criação de uma comissão que dirigisse os trabalhos. Essa comissão foi criada ainda em 1962 e foi designada Comissão Municipal de Desenvolvimento (COMUDE).

²⁹ Oeste em Marcha, 1963, p.2.

2.3.2 Comissão Municipal de Desenvolvimento (COMUDE)

A comissão municipal de desenvolvimento foi constituída por lei municipal em 1962, com os objetivos de promover, coordenar e controlar a execução das sugestões do plano de desenvolvimento econômico para Itapiranga, assim como de manter vivo e atuante o espírito desenvolvimentista da população.

A comissão ficou constituída pelo Prefeito (Artur Goerck) e os representantes da Caixa Rural (Ervin E. Jaeger); do setor industrial (Wilibaldo Stuelp); comércio (Lindolfo Weis) e a Associação dos Produtores Rurais (Inácio Melchior). Para secretário geral foi escolhido o Sr. Rudi Goerck³⁰, empresário do setor madeireiro e pessoa com grande respaldo político. Na constituição da diretoria se teve o cuidado de contemplar todas as áreas econômicas do município. No entanto, ficou claro o domínio dos setores comercial e industrial. Os agricultores que representavam mais de 80% da população participaram com apenas um representante. Essa desproporcionalidade resultou, com o tempo, o favorecimento de alguns setores e pessoas. Os integrantes da COMUDE, mais tarde, tornaram-se os principais acionistas de uma das indústrias implantadas no município a partir das orientações do Plano de desenvolvimento.

A COMUDE teve papel importante na organização e construção das principais obras propostas pela Agro e Hidrotécnica. Esta comissão coordenava os trabalhos e era responsável pela aplicação dos recursos financeiros, seja os da população local, ou aqueles obtidos a partir de remessas feitas pela *Misereor*, ou oriundos de

³⁰ Itapiranga em marcha, 1962 p 1 n° 73

empréstimos bancários. Para cada obra foi eleita uma equipe de trabalho, que era subordinada à COMUDE.

Juntamente com a COMUDE, a Caixa Rural teve importância fundamental durante o desenvolvimento das principais obras do plano de desenvolvimento econômico para Itapiranga. Era ela quem recebia e distribuía os recursos recebidos das instituições alemãs e os empréstimos dos governos do Federal e do Estado. No exercício de 1961, a Caixa União Popular de Itapiranga contava com 848 sócios, dos quais 186 contraíram empréstimos naquele ano. Considerando a existência de 1.824 estabelecimentos agrícolas na época, pode-se afirmar que a maioria dos agricultores não integrava a Cooperativa de Crédito. Esta situação teve reflexos na distribuição dos recursos recebidos pela agência local para o financiamento de melhorias nas propriedades dos agricultores. Eram priorizados os que eram sócios.

A partir de 1964, os governos militares praticamente interditaram o funcionamento das cooperativas de crédito. A Lei 4.595/64 impôs muitas restrições às Caixas Rurais. Poucas sobraram, entre elas a de Itapiranga.

A partir de 1980, a legislação voltou a fazer concessões às cooperativas de crédito. Assim voltaram a ser criadas as cooperativas singulares e as centrais. Em Santa Catarina, criou-se a COCECRER à qual a caixa rural de itapiranga, denominada então de Cooperativa de Crédito de Itapiranga – CREDI-Itapiranga, filiou-se em 1985.

A COMUDE, instituição que antecedeu as atuais comissões de desenvolvimento nos municípios, juntamente com a cooperativa de crédito mostraram-

se importantes ferramentas de formação e mobilização de capital social na microrregião. Duas instituições acima de qualquer questionamento, condição que permitiu mais tarde, negociações em proveito próprio aos membros das mesmas. Esses acontecimentos, juntamente com fatores de mercado resultaram em mudanças no rumo das duas indústrias sugeridas no plano de desenvolvimento econômico de 1962.

2.4 AS OBRAS DE MAIOR IMPACTO PROPOSTAS NO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DE 1962

Para os objetivos deste trabalho serão analisadas as instalações do abatedouro de suínos e da indústria de laticínios, obras que provocaram transformações no sistema de produção e estimularam o crescimento econômico da região. Busca-se levantar os elementos que favoreceram ou inibiram o crescimento dessas atividades, bem como, o jogo de relações estabelecido ao longo do período de consolidação destas indústrias. Ambas as obras contaram com ampla participação comunitária. Estes empreendimentos representavam a possibilidade de crescimento econômico e melhora nas condições de vida da população.

2.4.1 A cooperativa de laticínios

A industrialização de leite teve início no interior do município em fabriquetas instaladas na comunidade de Sede Capela e no distrito de São João. Havia um pequeno comércio de compra de nata que era revendida no município de Ijuí (RS).

Em 7 de janeiro de 1957, o Pe. Afonso Hansen, durante a assembléia do Instituto de Assistência e Educação de São João³¹, lançou a idéia desse Instituto fundar uma Indústria de Laticínios no distrito. No começo houve grande empolgação, porém o projeto não prosperou.

Em 1962, a indicação de um laticínio pelo plano realizado pela Agro e Hidrotécnica deu novo ânimo para instalação da indústria. As justificativas do empreendimento consistiam nos seguintes aspectos:

- Existência de um rebanho de gado bovino com certa aptidão leiteira;
- Falta de comércio para o leite e seus derivados;
- Das matrizes bovinas, cerca de 4.205 vacas apresentavam aptidão leiteira, com potencial de produção de aproximadamente 5 litros/dia, gerando um total de 21.025 litros diários, dos quais 10.000 poderiam ser comercializados. Esta produção renderia 400kg de manteiga, 800kg de queijo e uma sobra de 5.800 litros de soro por dia para alimentar suínos em fase de terminação.
- Do ponto de vista técnico e econômico, a indústria deveria ser instalada no distrito de São João ou na comunidade de Sede Capela.
- A indústria foi orçada em 40 milhões de cruzeiros (111 mil dólares), sem contar o terreno para instalação, fonte de energia, postos de coleta e meios de transporte. Os sócios deveriam formar mais um capital circulante de 12 milhões de cruzeiros. Os recursos para este investimento seriam

³¹ Instituição ligada a Companhia de Jesus que mantinha o Hospital do distrito de São João e oferecia também assistência em outras áreas de atuação, entre elas, a agricultura.

assegurados por empréstimo bancário, sendo o empreendimento comprovadamente autofinanciável.

A população, de um modo geral, via na indústria de laticínios o projeto mais interessante entre os indicados pela Agro e Hidrotécnica. Era um empreendimento de menor custo e maior abrangência. No entanto, a história desse projeto começou mal. Aconteceu severa disputa entre lideranças comunitárias no momento de definir o local de instalação da fábrica. A comunidade do distrito de São João reivindicava a empresa em troca de apoio para a construção do abatedouro de suínos, a ser instalado próximo da cidade de Itapiranga.

Esta disputa resultou em certo desinteresse e falta de apoio por parte de muitas lideranças. Aquelas do distrito de Sede Capela e da sede de Itapiranga pouco participaram da implantação do projeto, o que dificultou a formação de uma equipe de trabalho com competência suficiente para tocar o empreendimento.

Os primeiros passos da organização do laticínio foram feitos sob a orientação do Dr. Koglewich, de origem húngara, especialista em planejamento sócio-econômico ligado a Agro e Hidrotécnica e por Willibaldo Wagner, engenheiro agrônomo.

A assembléia geral de fundação ocorreu em 4 de agosto de 1962. A diretoria da cooperativa foi formada pelo comerciante Willibaldo Stuelp – Presidente, Lauro T. Giehl-profissional autônomo como Diretor Gerente, o agricultor Tealmo Meurer como Secretário e para conselheiros, o agricultor José Foelmer por São João e o funcionário

público Ervino Jaeger por Itapiranga. Este último era o componente da diretoria com o maior respaldo político no nível local.

Nessa mesma assembléia foram aprovados os estatutos da cooperativa. Foi levantada uma ressalva pelo gerente da Caixa Rural de Itapiranga, que dizia respeito à legislação de 1937 e limitava a cota de participação de cada associado a no máximo 5.000 cruzeiros. Essa ressalva tornava insuficientes os recursos para começar a obra. A solução encontrada foi associar marido e mulher de cada família interessada. Cerca de 1.200 famílias assinaram as cotas partes de duas parcelas de 5.000 cruzeiros, dos quais metade eram pagos no ato e a outra metade descontada da produção entregue ao laticínio. Somando os valores das cotas partes pagas no ato da associação e empréstimos feitos na Caixa Rural, 24 milhões de cruzeiros foram arrecadados, soma suficiente para começar a construção do laticínio.

Portanto, foi adquirida uma área de 29.100 m² na sede do distrito de São João. Os investimentos logo ultrapassaram o capital disponível e o projeto teve que ser paralisado um ano após seu início. A paralisação das obras gerou descrédito e o abandono do projeto era cada vez mais evidente. No dia 23 de setembro de 1963, foi convocada uma assembléia geral extraordinária. A assembléia decidiu pela continuidade da indústria. Na oportunidade foi resolvido aumentar o número de sócios, prorrogar os empréstimos com a Caixa Rural por mais um ano e pleitear auxílio financeiro junto a “Misereor”³².

³² Entrevista com um agricultor associado da cooperativa de laticínios.

No entanto, os conflitos internos eram cada vez mais freqüentes, que associados a desmandos de membros da diretoria geraram um clima de desconfianças, dívidas e o vencimento de financiamentos e, a falta de máquinas e capacidade de pagamento alimentavam as intrigas.

A “*Misereor*” enviou um auxílio financeiro equivalente a 120 milhões de cruzeiros. Ele chegou na agência dos correios de Itapiranga em dólares, destinados a Caixa Rural. Esta retirou o cheque rápida e sigilosamente, foi a Porto Alegre cambiar os dólares. A diretoria do laticínio tomou conhecimento da chegada do dinheiro e julgou que o valor se destinasse para a indústria. Sabia, no entanto, que a Caixa Rural alegava precisar reservar valores anteriormente emprestados e pretendia ficar com todo o dinheiro.

O organizador do laticínio, Dr. Koglewich, também foi a Porto Alegre, na tentativa de reverter a situação. Mesmo indo de avião de Ijuí a Porto Alegre, ele não chegou a tempo de fazê-lo. Para minorar o conflito, a Caixa Rural cedeu 14 milhões de cruzeiros em forma de empréstimo, para um tomador com dois avalistas, por um ano. Enquanto isso, novo pedido de ajuda foi encaminhado para a “*Misereor*”, solicitando a mesma quantia cedida pelo banco. O valor foi recebido e a Caixa Rural apenas comunicou que o empréstimo havia sido pago³³.

Para comprar as máquinas da indústria, 23 agricultores proprietários de terra sócios do laticínio fizeram um financiamento no Banco do Brasil. No banco, o argumento usado pelos agricultores para conseguir o financiamento foi a compra de

³³ Entrevista direta com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de 1968.

vacas para melhorar e aumentar o plantel leiteiro das propriedades. Quando vencia um empréstimo, este era repassado para outro agricultor na forma de um novo financiamento, ou seja, o financiamento era pago com um novo financiamento. Este procedimento ficou conhecido como o “escândalo da vaca de papel”. A diretoria do laticínio sempre dava plenas garantias verbais de que todo dinheiro seria devolvido. Quando veio a falência da cooperativa, em dezembro de 1966, muitos amargaram elevados prejuízos³⁴, alguns, inclusive, perderam parte de suas terras (Jungblut, 2000, p. 502).

Meses antes de decretar falência a indústria começou a produção. A inauguração aconteceu em 5 de março de 1966, com 1.456 sócios. Eram produzidos queijo, manteiga e doce de leite. Todavia, as contas mostravam déficits cada vez maiores. De setembro de 1966 até o final do mesmo ano aconteceu ainda uma seca que deixou as propriedades sem pastagens, reduzindo muito a produção de leite. O golpe de misericórdia veio em dezembro de 1966, quando a cooperativa teve retornada uma carga de 4.000kg de queijo julgado fora de condições de venda. A diretoria mandou ocultar o queijo, que mais tarde foi descoberto, desencadeando uma série de acusações e escândalos.

Foi nomeada uma comissão de intervenção para apurar irregularidades. Dois contadores foram nomeados e elaboraram um balanço geral, que não foi aceito pelo conselho fiscal e rejeitado pela comissão de intervenção, sob a alegação de conter muitos erros. O presidente e o gerente da fábrica foram afastados e sofreram processo judicial. Novos contadores foram nomeados. Eles não encontraram erros na

³⁴ Ninguém soube informar quantos agricultores estiveram envolvidos nestas transações, no entanto, os entrevistados afirmaram que mais de uma centena de sócios desembolsou dinheiro para pagar as dívidas do laticínio após a falência.

contabilidade da cooperativa, a não ser uma troca de títulos de 90.000 cruzeiros que atribuíram a inabilidade do contador. O processo se estendeu por muito tempo e, no seu final, o presidente e o gerente foram considerados inocentes e o contador do laticínio, incompetente. A conclusão que se tirou disso tudo foi que a fábrica faliu porque nunca teve capital suficiente para funcionar.

Em 19 de novembro de 1968, a assembléia geral dos sócios pôs a indústria à venda e foi instituída uma comissão liquidante. O Banco do Brasil, porém, já havia penhorado o que sobrara da fábrica. Em 1969, um grupo de industrialistas de São Paulo, liderados pelo Dr. Koglewich, comprou a fábrica. O Banco do Brasil, no entanto, retomou o imóvel, por falta de pagamento do grupo que havia comprado a indústria.

No dia 15 de fevereiro de 1970, houve uma reunião para reorganizar a indústria, sendo que Lauro Schoeler, presidente da bem sucedida Sociedade Anônima Frigorífico de Itapiranga (Safrita) se prontificou a ser o presidente do laticínio. A desmotivação dos agricultores levou o empreendimento a nova falência em 8 de julho de 1971. Seguiu um leilão judicial e não houve comprador.

Em 1974, o que restava da indústria foi vendido pelo Banco do Brasil a uma família de São João, por 230 mil cruzeiros. A partir de então, foi formada a firma “Laticínios Itaipu Ltda”, que passou a produzir queijo, manteiga, doce de leite e leite pasteurizado. Como o Serviço de Inspeção Federal, ligado ao Ministério da Agricultura, não havia vistoriado as instalações da indústria, esta ficou impossibilitada de vender seus produtos. No ano de 1979 aconteceu nova estiagem, resultando na paralisação das atividades até 1983.

Em 1983, a indústria foi novamente negociada, sendo adquirida por Rubens Grasel e Egon Stulp, também comerciantes do distrito de São João. Em 1988, ocorreu outra troca de dono, sendo comprada pela Ivoti Ltda e, finalmente em 1991, a Cooperativa Central Catarinense (Aurora) comprou a indústria. Depois da compra da indústria pela Aurora aconteceu um incremento grande na produção de leite na região, motivado, principalmente, pela estruturação de um eficiente quadro técnico responsável por levar novas tecnologias aos agricultores. A partir desse período várias empresas se instalaram na região e a produção de leite se transformou numa das principais fontes de renda para grande parte dos estabelecimentos rurais.

2.4.2 O abatedouro de suínos

O levantamento sócio econômico identificou a produção de 44.000 suínos por ano no município de Itapiranga no início dos anos 1960. Com mais 30.000 suínos dos municípios vizinhos e melhoras no sistema de criação e manejo seria possível viabilizar um frigorífico.

A vontade das lideranças locais era de constituir uma cooperativa de suinocultores, mas a Agro e Hidrotécnica, responsável pelo projeto, avaliou que os agricultores sozinhos não teriam dinheiro para viabilizar a obra e infra-estrutura. A forma jurídica sugerida pela empresa de consultoria coincidiu com a já experimentada por outros frigoríficos da região³⁵. Ou seja, uma Sociedade Anônima (SA) em que

³⁵ Perdigão Sociedade Anônima Indústria e Comércio de Videira, Sadia S/A, Frigorífico Chapecó Industrial (SAICC), etc.

comerciantes, profissionais liberais e agricultores pudessem comprar ações e compor uma empresa industrial.

O abatedouro foi dimensionado para processar até 400 suínos por dia. O custo da obra foi estimado em Cr\$ 130.000.000 Cruzeiros ou U\$ 361.000 dólares em cotação da época, sem considerar a instalação de energia elétrica, a aquisição do terreno, a construção do sistema de tratamento de efluentes e melhorias no sistema de comunicação e transporte.

Ainda em 1962, foi constituída a equipe provisória para coordenar o projeto. A comissão ficou composta por Bruno Koeln, Lauro Schoeler, Lauro T. Ghel, Artur Goerck e Rudi Goerck, todos homens com influência na política local, auxiliados pelo Pe. Edvino Schmitt. Estas pessoas tornaram-se sócios majoritários do frigorífico. A assembléia de fundação da Sociedade Anônima Frigorífico de Itapiranga (Safrita) aconteceu em 2 de setembro de 1962. Em 18 de julho de 1967, quando o abatedouro foi inaugurado, 745 acionistas eram sócios da agroindústria.

Muitas reuniões foram feitas nas comunidades rurais para explicar aos agricultores as vantagens de ser acionista do frigorífico. Os argumentos usados eram os mais variados, inclusive com forte apelo religioso. Muitos agricultores venderam áreas de terra e animais a fim de comprar ações da Safrita.

No primeiro ano de funcionamento foram abatidos 30.000 suínos. Cinco anos depois, em 1972, eram abatidos 80.000 animais por ano, dos quais 50.000 eram provenientes do próprio município de Itapiranga.

Em 1971, 478 acionistas fundaram uma subsidiária, a Frigoaves que produzia 80.000kg de ração/dia para aves. Essa subsidiária trouxe para Itapiranga o sistema de integração entre o criador de aves e a Safrita. Em 5 de fevereiro de 1973, a empresa realizou o seu primeiro abate de frangos.

Em 1976, foi criada a segunda subsidiária, a Safrita Agropecuária Ltda, que assumiu o fomento da criação de aves de corte, perus e suínos. Eram mantidas duas filiais para recepção e venda de produtos, uma em São Paulo e outra no Rio de Janeiro.

Nos anos 1970, a empresa começou a enfrentar suas primeiras dificuldades. Muitos produtores vendiam a produção em outras cidades (Chapecó, Concórdia) motivada pelos melhores preços. A partir de 1978, com o auge da denominada Peste Suína Africana, instalou-se uma grave crise da suinocultura³⁶ (Strieder, 2000) que, juntamente com a instalação de uma fazenda de produção de guaraná, no município de Maués-Amazonas, que não teve seus objetivos explicados e demandou muitos recursos, parecem ter sido os principais elementos para a venda da Safrita, em 1981, para o Grupo HERING. A venda da indústria representou para os acionistas, a perda de quase tudo que haviam investido. Alguns receberam quantias irrisórias, distribuídas em parcelas a perder de vista e outros, que preferiram não vender suas cotas, de vez em quando recebem valores insignificantes de dividendos dos lucros da empresa.

³⁶ A peste suína africana é uma doença epidêmica, causada por um vírus que ataca os suínos causando grande mortalidade. Os agricultores conheciam a peste suína clássica (Schweinspest), mas jamais foram esclarecidos da versão piorada da peste que ocorreu na região entre 1976 e 1979. A doença provocou muita polêmica. (Jungblut, 2000).

Quando da venda da indústria para a HERING, muitos acionistas não receberam nada e outros ficaram muito longe do que tinham investido. Um agricultor entrevistado, por exemplo, em 1963 comprou ações no valor de 103 mil cruzeiros e recebeu, em 1981, 400 cruzeiros, uma caixa de sabão e 2 caixas de cervejas por suas cotas.

Apesar disso, o sentimento maior que existe entre as pessoas que investiram boa parte de seus recursos em ações do frigorífico e, também, na indústria de laticínio não é de perda ou de terem sido enganados. O sentimento predominante pode ser sintetizado da seguinte forma: o mais importante é que a região cresceu e que a comunidade de Itapiranga a partir disto tem um padrão de vida melhor.

A venda para o grupo HERING aconteceu em 17 de Julho de 1981 na Bolsa de Valores de São Paulo. A nova empresa fez várias melhorias nas instalações e nos sistemas de criação. Em 1993 o abate de suínos foi paralisado, permanecendo apenas o abate de frangos. As instalações exigiram uma completa reformulação para se adequar às normas legais. Percebendo o alto custo das reformas, a empresa resolveu transportar os suínos até a unidade de abate que possuía no município de Seara. Para os integrados não aconteceram grandes mudanças. A indústria continuou a comprar os suínos e manteve os contratos de integração com os agricultores.

Em 1997, o grupo Bunge e Born da Argentina assumiu o controle da indústria e anunciou vários investimentos. Entre 1998 e 2002 foram investidos mais de 40 milhões de reais na ampliação da capacidade de abate de aves, que passou no ano de 2000 de 78.000 para 230.000 frangos/dia. Além disso, ocorreu a instalação de uma

indústria de termoprocessados de carne de frango. No início de 2004 foi anunciado novo investimento de 12 milhões de reais para ampliação da indústria de termoprocessados. A foto 2 mostra a unidade da Seara Alimentos S/A de Itapiranga na atualidade. O nome se deve ao fato de quando da compra da indústria pelo grupo Bunge, este ter comprado também a marca Seara e fazer uso desta para sua linha de produtos alimentícios.



FOTO 2 – A AGROINDÚSTRIA SEARA ALIMENTOS S/A DE ITAPIRANGA,

NA ATUALIDADE Fonte: RAMBO, Nestor Francisco, 2004.

Poderia-se pensar que, no início dos anos 1980, período das maiores transformações relacionadas aos empreendimentos sugeridos no plano de desenvolvimento de 1962, o crescimento da região fosse prejudicado, ou até mesmo estancado, em função principalmente da passagem do controle acionário do frigorífico Safrita para o grupo CEVAL e a venda do que restou da indústria de laticínio para empresários locais, deixando estas de ser empresas de participação comunitária e

cooperativa para serem empresas privadas fortemente integradas à economia de mercado.

A adoção de novas técnicas e políticas de trabalho diferenciado, inicialmente, provocaram grande apreensão e desconfiança. Os novos empresários trataram de implantar uma nova filosofia de trabalho. Era preciso aumentar a escala de produção e melhorar os índices das criações para que as indústrias se tornassem rentáveis.

Essa mudança na filosofia de trabalho das indústrias gerou transformações nos sistemas de produção, na economia e na organização social local. O sistema de integração entre indústria e criadores de suínos e aves foi intensificado, exigindo investimentos e aumentando a interferência da indústria nas propriedades. As novas exigências fizeram com que muitos agricultores fossem “excluídos”³⁷ do processo. Isto permitiu, no entanto, que muitos viessem a empreender em novas áreas do setor produtivo, transformando os estabelecimentos em empreendimentos rurais, com um controle rígido dos fatores de produção e voltados à reprodução social das famílias e do modo de vida local.

De maneira geral os empreendimentos surgidos do planejamento de 1962, são os que hoje ditam a dinâmica econômica local. As indústrias, no seu devido tempo e com seus devidos problemas, cresceram e se consolidaram, criando condições para que

³⁷ Trabalhos como os de Testa et al (1996); Strieder (2000); Eidt (1999) caracterizam os agricultores que não aderiram ao sistema de integração ou que por motivos alheios não foram aceitos como integrados como excluídos do processo de desenvolvimento, já que, a grande maioria destes era historicamente criador de suínos e com o novo sistema praticamente foram obrigados a deixar a atividade. No entanto, muitos dos estabelecimentos migraram para outras atividades, entre elas a bovinocultura de leite, onde empreenderam e vem alcançando sucesso.

se instalassem no seu entorno e associadas à elas uma série de empresas e serviços que atendem as suas demandas. Possibilitaram, também, mudanças significativas no campo. Aconteceu, é verdade, um processo intenso de seleção de pequenos agricultores pela agroindústria de carnes. Foram selecionados para integrados ou parceiros aqueles com posse do título da terra, alguma capacidade de investimento e, principalmente, os dispostos a se sujeitar à política de trabalho da empresa.

Os agricultores que não se enquadravam nas exigências das empresas integradoras tiveram que se adaptar a outras atividades. Essa adaptação permitiu que muitos empreendessem em atividades como a bovinocultura de leite, plantio de fumo e pequenas indústrias rurais. Esta transformação gerou uma dinâmica econômica própria e permitiu que a região de Itapiranga alcançasse bons índices de desenvolvimento sócio-econômico.

Prova de que a economia da microrregião é dinâmica são os seus índices de desenvolvimento. No ano 2000, Itapiranga ocupava a 32ª segunda posição em qualidade de vida no estado de Santa Catarina e a 119ª no Brasil, num universo de 5.561 municípios. Dos municípios desmembrados de Itapiranga, Tunápolis ocupava a 53ª posição no estado e a 216ª no país e São João do Oeste a 86ª no estado e a 362ª no país (Ipea/Pnud/Fundação João Pinheiro, 2001). Na região extremo-oeste, estes municípios perdem em qualidade de vida apenas para o município de São Miguel do Oeste, que ocupa a 25ª posição no estado e a 84ª no país. A situação sócio-econômica atual da microrregião será analisada com mais detalhes no capítulo seguinte.

CAPÍTULO III: A MICRORREGIÃO DE ITAPIRANGA HOJE: DE 1985 À ATUALIDADE

O objetivo deste capítulo é analisar o período que vai de 1985 até os dias de hoje com a finalidade de identificar as oportunidades e os conflitos criados a partir da implementação das principais obras propostas pelo plano de desenvolvimento econômico para Itapiranga. Além disso, analisa-se a interferência desses empreendimentos nas relações sociais da comunidade local e no atual estágio de desenvolvimento do município. Conforme visto, estas obras foram executadas através da intensa participação comunitária, com a mobilização das principais formas de “capital social” disponíveis na comunidade local, mas com importante aporte técnico e financeiro externo. Com o passar do tempo, algumas transformações não previstas no planejamento inicial foram ocorrendo; no entanto, elas representam hoje peças fundamentais no processo de desenvolvimento regional.

As mudanças ocorridas na trajetória destas empresas trouxeram para a região alterações significativas nos sistemas de produção e no modo de vida das pessoas. A intensificação do sistema de integração entre agricultores familiares e as agroindústrias

prioriza resultados individuais em detrimento dos laços sociais comunitários. A organização de classes não é vista com bons olhos pelas agroindústrias e, no caso dos integrados das indústrias de carnes, é combatida com punições que vão desde advertências até o fim da parceria. Percebe-se, no entanto, que também existe aspectos positivos nesse processo. Na busca de melhores resultados, muitos têm melhorado sua qualidade de vida. A busca de resultados pode propiciar melhoria nas condições de infra-estrutura dos estabelecimentos rurais, das vias de acesso e o nível de informação dos agricultores.

Além disso, o espírito comunitário permanece presente na comunidade local, sendo frequentes os exemplos de mobilização de recursos como a cooperação e a reciprocidade para a realização de eventos sociais ou para o alcance de objetivos comuns, como é o caso de festas comunitárias, da instalação de água tratada para comunidades do interior, a criação de novas alternativas de produção e a manutenção das estruturas de promoção social das comunidades.

É neste cenário mesclado pela pressão do sistema capitalista de produção com o espírito comunitário, que a microrregião de Itapiranga tem conseguido bons índices de crescimento econômico e social e, de certo modo, tem se orientado para um modelo diferente de desenvolvimento, onde a inclusão social a partir de alternativas de produção para aqueles estabelecimentos que não se adaptaram ao sistema de integração com a agroindústria, também é importante.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA MICRORREGIÃO DE ITAPIRANGA

A microrregião de Itapiranga, constituída pelos atuais municípios de Itapiranga, São João do Oeste e Tunápolis, que formavam o antigo Projeto Porto Novo, faz divisa ao Oeste com a República da Argentina, ao Sul com o Rio Grande do Sul através do Rio Uruguai e, ao Norte e Leste com os municípios de Iporã do Oeste, Santa Helena e Mondai. A população é basicamente de origem alemã e tem sua economia baseada na agropecuária, indústria, comércio e serviços.

Em 1989, foi criado pela lei número 7503/89 o município de Tunápolis, sendo que a primeira eleição aconteceu em 15 de novembro de 1989 e a posse em 01 de janeiro de 1990. O novo município ficou com uma área de 133,6 Km² e uma população de pouco mais de 5.200 habitantes. Em 1992, desmembrou-se de Itapiranga o distrito de São João, sendo criado o município de São João do Oeste, com uma área de 161,4 Km² e uma população próxima a 6.500 habitantes.

Com estes desmembramentos, Itapiranga ficou com uma superfície de 285,6 Km² e uma população de quase 15.000 habitantes. O Quadro 3, a seguir, mostra as populações e a densidade demográfica de cada um dos municípios no ano 2000.

Quadro 3: Densidade demográfica e urbanização dos municípios de Itapiranga, São João do Oeste e Tunápolis

Município	População		Densidade demográfica (km ²)	Urbanização (%)
	Urbana	Rural		
Itapiranga	5.382	8.616	49,00	38,4
S João do Oeste	1.494	4.295	35,9	25,8
Tunápolis	1.217	3.560	35,8	25,5
Total	8.093	16.471	-	-

Fonte: IBGE.

Percebe-se que a população rural nos três municípios é bem maior que a urbana, porém, a tendência que se tem revelado nos últimos anos é de haver uma redução nessas diferenças. O aumento dos empregos na indústria e no comércio tem atraído cada vez mais pessoas para as sedes dos municípios. Os três municípios têm apresentado, ainda, algum êxodo, devido a busca por parte de muitos jovens, principalmente, de estudo em centros maiores.

A microrregião conta hoje com três agências e dois postos bancários avançados, um em São João do Oeste e um em Tunápolis. Neste sentido, aparece com papel importante a Credi – Itapiranga, antiga Caixa Rural, que hoje congrega mais de 4.000 sócios nos três municípios de abrangência. Esta instituição tem participado ativamente do desenvolvimento da região, principalmente, através da oferta de recursos para o financiamento das atividades dos agricultores familiares, com destaque para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) do Governo Federal.

A produção agropecuária se dá em pequenas propriedades familiares, sendo que mais de 75% dos estabelecimentos rurais possuem menos de 20 ha e a área média

deles é de 14,5 ha. A mão-de-obra utilizada é de forma predominante familiar e a tração animal predomina nas propriedades. As principais fontes de renda são as criações de frangos de corte e suínos no sistema de integração com as agroindústrias de carnes, além da produção de leite, fumo e cereais.

O sistema de integração entre as agroindústrias e os agricultores familiares iniciado na microrregião desde o final da década de 1970 tem se intensificado com os investimentos realizados na adaptação e ampliação das estruturas de industrialização, principalmente, no município de Itapiranga. Esse sistema possui especificidades que são contrárias à organização e mobilização social e, muitas vezes, tem sido visto como obstáculo à formação e ampliação do capital social. Diversos trabalhos têm criticado os sistemas de integração, com o argumento de que este seria uma maneira das agroindústrias obterem matérias-primas a baixos custos, sendo os agricultores “trabalhadores sem salário e encargos sociais”.

Apesar dos possíveis obstáculos gerados pelo sistema de integração, se tem visto na microrregião de Itapiranga, um desenvolvimento econômico e social significativo. Aqueles agricultores integrados às agroindústrias têm, na sua maioria, promovido melhorias no aspecto das propriedades e, sobretudo, na sua qualidade de vida. É importante ressaltar que mesmo acontecendo a busca por melhores resultados econômicos, onde prevalece o individualismo de cada unidade de produção, o espírito comunitário continua presente na população e são freqüentes as mobilizações para o alcance de objetivos sociais de cunho coletivo. Na sequência aprofundamos a discussão sobre o sistema de integração dos agricultores com as agroindústrias, em especial as de carnes, dada a importância das mesmas na dinâmica socioeconômica local.

3.2 A INTEGRAÇÃO AGROINDÚSTRIA E AGRICULTURA FAMILIAR

A integração é hoje caracterizada como uma forma de terceirização da produção. Seu berço remonta aos séculos XVI a XVIII, período em que se deu ênfase à indústria doméstica. Naquela época, as famílias, sem se desligarem da terra, passavam a produzir mercadorias para os “capitalistas”, recebendo, em troca, pagamento (Streder, 2000). “A família inteira, incluindo os filhos menores, ajudava ativamente no trabalho, sem, no entanto, se desligarem totalmente das práticas agrícolas. Essa forma produtiva, na época, foi abolida, porque as terras foram cercadas, e muitos artesãos faliram. Na Inglaterra, isso ocasionou um acréscimo significativo de mão-de-obra disponível nos centros urbanos”.

As agroindústrias que desde os anos 1960 se instalaram na região, hoje, novamente buscam investir nas regiões rurais. Este processo é fundamental e estratégico para aumentar a acumulação de lucros e a própria sobrevivência das empresas. Nesse processo, um fator importante reside nas oportunidades que se criam no entorno destas empresas e que resultam numa infinidade de empreendimentos que geram dinamismo econômico. Outro fator relevante é a conseqüente transposição de tecnologias e ciência para regiões rurais. Isto permite uma redução de grande parte das diferenças entre cidade e campo.

A tecnologia produtiva, organizacional e de trabalho que acompanha a agroindústria propaga um novo modo de vida, trazendo em sua esteira mudanças no comportamento das pessoas. Para ser aceito como integrado das agroindústrias, o

agricultor deve seguir os preceitos tecnológicos recomendados pelos técnicos das empresas e fazer os investimentos necessários para iniciar ou melhorar suas atividades.

Um estudo realizado pelo Instituto Cepa/SC (1994), que tomou como base o Censo Agropecuário de 1985 (IBGE, 1991), confirma a tendência de seleção/concentração da produção de suínos no oeste catarinense. O estudo indicou a existência de cerca de 45.000 produtores (45% dos estabelecimentos rurais da região) para os quais a suinocultura era uma fonte de renda relevante em 1985. Essa cifra caiu para cerca de 20.000 no início do milênio. Na primeira metade dos anos 1980, quando aproximadamente 5% dos suinocultores eram integrados, já se observava um processo de seleção; cerca de 22.000 produtores saíram da atividade, sem que houvesse redução da produção (Quadro 4).

Quadro 4. Evolução do nº total de suinocultores e de integrados no Oeste catarinense

Anos	Integrados	Total de produtores
1980	3.860	67.000
1981	4.045	-
1982	5.242	-
1983	9.396	-
1984	12.639	-
1985	18.232	45.000
1986	26.176	-
1987	25.657	-
1988	24.056	-
1993	-	30.000(E)
1994	-	-
1995	18.700(E)	20.000(E)
2000	-	20.000(E)

Fonte: Instituto Cepa/SC (1990). (E) Dados estimados por Testa et al, 1996.

Os dados acima mostram, também, a tendência a partir de 1988 de redução do número de integrados das agroindústrias e, por consequência, um aumento na concentração de animais por propriedade produtora. Essa tendência é constatada em todo o Oeste catarinense.

Na microrregião estudada, a seleção dos criadores de suínos começou com a instalação do frigorífico local e a mudança na base genética dos animais criados para comercialização. Esse processo se intensificou a partir do momento em que a agroindústria passa a firmar contratos de parceria com os agricultores.

O contrato formal entre o integrado e a agroindústria, quando ele existe³⁸, determina o tipo de matéria-prima que o primeiro irá produzir. A matéria-prima produzida é vendida com exclusividade para essa agroindústria. O compromisso da agroindústria é o fornecimento de insumos, a assistência técnica e, em alguns casos, a facilitação do financiamento das instalações necessárias. Além da compra dos equipamentos, o produtor integrado precisa investir na construção das benfeitorias. Os produtos como ração, medicamentos e animais para reposição, financiados diretamente com a agroindústria, são descontados do produtor no final de cada lote de animais criados.

Muitos dos que não foram aceitos ou não se adaptaram ao novo sistema ficaram à margem do processo. Muitos enxergam no sistema de integração a perda da autonomia e a interferência excessiva da agroindústria nas atividades da propriedade e preferem encerrar a atividade. Outros, ainda, foram excluídos pela agroindústria devido

³⁸ Em alguns casos, o acordo entre o agricultor e a agroindústria é apenas verbal e ocorre entre o técnico e o agricultor.

à distância em relação aos abatedouros ou à precariedade de condições materiais nas propriedades (estradas, instalações, capital próprio, etc).

De maneira ainda mais intensa que na suinocultura, na avicultura de corte o sistema de integração coincide com o início desta atividade na região. Os primeiros aviários para frangos de corte foram construídos no município de Itapiranga em 1973. Desta data até os dias atuais o que se viu foi um incremento muito grande na produção e no abate de frangos. No entanto, se comparada à suinocultura, essa atividade é concentrada em um número ainda menor de propriedades e muito mais exigente em investimentos. Estes fatores explicam a existência de um pequeno número de integrados nesta atividade.

O Quadro 5, a seguir, dá uma noção da quantidade de estabelecimentos nos três municípios do antigo projeto Porto Novo e do número de propriedades que trabalham em sistema de integração com as agroindústrias nas atividades de suínos e aves de corte. O número real de propriedades integradas pode ser menor que a apresentada, pois algumas delas criam, ao mesmo tempo, aves e suínos.

Quadro 5. Número de propriedades e propriedades integradas com as agroindústrias em 2001

Município	Nº total propriedades	Nº de propriedades Integradas/suínos	Nº de propriedades integradas/aves
Itapiranga	1461	209	93
São João do Oeste	1115	112	58
Tunápolis	796	54	46
Total	3.372	375	197

Fonte: Epagri/Itapiranga e CIDASC/Itapiranga

Os dados revelam que menos de um quinto das propriedades estão integradas às agroindústrias de suínos e frangos de corte. Todas as propriedades que trabalham com aves de corte são integradas da Seara Alimentos S.A. Já na criação de suínos, três integradoras operam na região: Seara Alimentos, Cooperativa Central Aurora, através da unidade local da Cooper A1, e a Integradora Grasel³⁹. Estimativas do escritório local da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc)⁴⁰ dão conta de que na produção de suínos, além das propriedades integradas, existem aproximadamente mais duas dezenas com criação e comercialização independente.

A concentração da produção de frangos e suínos num pequeno número de propriedades facilita o controle de todas as fases de produção, bem como, a distribuição dos insumos (rações, medicamentos) e a programação de abate pelas agroindústrias. No entanto, essa mesma concentração de animais em uma área bem mais restrita vem provocando problemas ambientais sérios.

Para os agricultores integrados, sua reprodução social está fortemente associada a essa atividade. As mais modernas tecnologias de produção são postas a sua disposição. Ele se torna um elemento estratégico do sistema, que cada vez mais depende dos mercados internacionais e da qualidade do processo produtivo.

Através do sistema de integração, esses agricultores encontram as condições para melhorar as benfeitorias, mas também as condições de vida social e econômica. É

³⁹ Empresa familiar que mantém um sistema de parceria com criadores de suínos no qual a empresa fornece os animais e a alimentação e os agricultores entram com a mão-de-obra e as instalações. No final do lote a firma recolhe os animais e os vende para frigoríficos da região.

⁴⁰ Empresa da Secretaria da Agricultura e Política Rural responsável pelo Serviço de Inspeção Estadual.

notável a distinção entre algumas propriedades inseridas no sistema de integração e aquelas que não têm esse vínculo⁴¹. A maior parte das propriedades integradas é extremamente especializada, atuando muitas vezes apenas na produção da matéria-prima para agroindústria. Este aspecto permite que as atividades convencionais do sistema agrícola sejam incorporadas com maior intensidade pelas propriedades não integradas. Ou seja, estas encontram nessas atividades a alternativa para subsistir e até progredir.

Como o sistema de integração de produção de suínos e frangos trabalha com poucas propriedades e as mais intensivas em capital, muitos agricultores se voltam para atividades agrícolas que exigem investimentos menores. É o caso da fumicultura, que tem atuação importante na região e tem permitido que muitos agricultores consigam renda para investir e iniciar novos empreendimentos.

3.3 INTEGRAÇÃO PEQUENA PROPRIEDADE/FUMAGEIRAS

O cultivo de fumo acontece na região desde os primeiros anos da colonização. Para muitas propriedades esta atividade sempre representou importante fonte de renda, inicialmente com a produção de fumo de corda e hoje com a produção do Fumo Burley (fumo de galpão) e Fumo Virgínia (fumo de estufa).

⁴¹ Na maioria das propriedades inseridas no sistema de integração, a organização interna e o cuidado com os diferentes aspectos da propriedade são evidentes. Estes aspectos, juntamente com a qualidade do lote de animais, definem a composição da remuneração do agricultor. Já algumas das propriedades não integradas ignoram estes aspectos e, por consequência, acontece maior desleixo com as demais operações na propriedade. A maioria das propriedades integradas tem sido incentivada a implantar o sistema de qualidade total que estimula a organização e administração eficiente do estabelecimento.

Em geral, esta atividade acontece naquelas propriedades com menor nível tecnológico. É comum encontrar agricultores que, por um ou outro motivo, saem do sistema de integração com as agroindústrias de carnes migrando primeiro para o cultivo de fumo e depois para outras atividades. Isto acontece porque o investimento inicial nesta atividade é muito baixo. Além disso, a adaptação de instalações⁴² existentes na propriedade para a secagem e armazenamento do produto é de fácil operacionalização.

O cultivo de fumo é uma atividade muito exigente em mão-de-obra, razão de se adaptar com facilidade à agricultura familiar. Os agricultores o consideram, no entanto, um trabalho penoso, além de demandar o uso de grandes quantidades de agrotóxicos⁴³ e com acúmulo de trabalho num curto espaço de tempo.

Muitos aceitam o apelo das fumageiras para o plantio de fumo pelo fato desta atividade representar um meio de obter recursos para posterior migração para outras atividades menos desgastantes como por exemplo a bovinocultura de leite. Outros estabelecimentos permanecem na atividade por completa falta de opção ou conhecimento. É uma atividade que apresenta produções elevadas em áreas relativamente pequenas e reverterem numa boa remuneração da mão-de-obra⁴⁴. O Quadro 6, a seguir, apresenta o número de estabelecimentos que atuam na produção de fumo na microrregião de Itapiranga.

⁴² Antigas pocilgas, aviários, estábulos e até casas vazias são adaptadas para a secagem e armazenamento do fumo na época da colheita.

⁴³ É comum nas conversas com plantadores de fumo se escutar queixas referentes à saúde dos mesmos. Geralmente, estes problemas são associados ao uso excessivo de venenos e a permanência por longos períodos no interior dos galpões durante a fase de despenca e classificação do produto.

⁴⁴ São cultivados por hectare aproximadamente 20.000 plantas, que resultam numa produção média de 8 a 12 arrobas de folhas por cada 1.000 plantas. O preço médio por arroba na safra 2004/2005 ficou em R\$ 55,00 reais, gerando aproximadamente R\$ 11.000,00 reais/ha bruto.

Quadro 6: Estabelecimentos que cultivaram fumo na safra 2000/2001

Município	Nº de estabelecimentos na atividade	Área plantada/ha	Produtividade kg/ha
Itapiranga	680	850	1.800
S. João do oeste	432	746	2.040
Tunápolis	196	350	1.950
Total	1.308	1.946	1.930

Fonte: Epagri/ Itapiranga, 2001

Aproximadamente um terço das propriedades atuavam nesta atividade na safra 2000/2001, revelando a importância deste cultivo para a economia familiar. A área média cultivada é de aproximadamente 1,5 ha. Em geral, uma família com quatro pessoas não consegue suprir a demanda de trabalho de mais de dois hectares de fumo.

Um sério problema que sempre assombra os produtores de fumo é o comportamento cíclico do preço pago pela indústria. Os preços oscilam de acordo com a oferta e demanda do produto. Percebe-se uma falta de organização na cadeia produtiva, pois quando o preço está bom, muitos entram na atividade, resultando em supersafras e conseqüente queda de preços. As empresas não se importam com o excesso de produção, pelo contrário, é uma maneira de comprar matéria-prima com preços baixos e fazer estoques.

Estes fatos mostram que não existe uma organização sindical dos produtores de fumo suficientemente forte na região. Na tentativa de reverter esta situação, os sindicatos de trabalhadores rurais têm empreendido ações visando uma melhor negociação com as empresas integradoras, porém com pouco sucesso. Percebe-se um

alto grau de intransigência das fumageiras, que contrasta com a fragilidade organizacional dos agricultores.

Outra atividade em ascensão na região é a bovinocultura de leite. Esta atividade representa uma alternativa para aqueles que não se integraram com as agroindústrias de carnes ou que saíram do ramo.

3.4 A BOVINOCULTURA DE LEITE

Para região Oeste Catarinense a produção de leite vem assumindo o papel de produto compensatório e nova oportunidade de empreender para os pequenos agricultores que perderam a oportunidade na suinocultura e na avicultura, ou que, por algum motivo, não se viram motivados para se tornar integrados das agroindústrias de carnes. A bovinocultura de leite é uma atividade que absorve grande quantidade de mão-de-obra, o que facilitou sua adaptação em pequenas propriedades.

Juntamente com essa atividade, surgiram na região inúmeras instituições preocupadas em gerar tecnologias e auxiliar no seu desenvolvimento. As administrações municipais e as cooperativas agropecuárias criaram um sistema organizado de assistência técnica. A oferta de cursos, palestras e encontros relacionados à atividade é freqüente, sendo a evolução nesta atividade de fácil percepção. Os incentivos dessas instituições acontecem no sentido de contemplar o maior número possível de estabelecimentos.

A partir do final da década de 1980, com o deslocamento do eixo de produção de leite do Vale do Itajaí para o Oeste catarinense várias indústrias de beneficiamento⁴⁵ se instalaram na região e passaram a incentivar a melhoria dos sistemas de produção. Esse processo foi facilitado pela existência de um plantel com uma certa qualidade genética, remanescente das tentativas anteriores de consolidar a bovinocultura de leite na região, além processo de seleção de integrados e concentração da produção de frangos e suínos.

Na microrregião de Itapiranga, em particular, já houvera tentativas de consolidar a bovinocultura de leite como uma importante atividade econômica para os pequenos agricultores. A mais importante delas aconteceu a partir do plano de desenvolvimento econômico de 1962. Apesar da cooperativa de laticínios, conforme visto, não ter prosperado nos moldes previstos no plano, diversos produtores mantiveram seus rebanhos. Com os recentes incentivos à atividade, o “saber-fazer” existente na região explica o crescente número de agricultores interessados e que com uma certa facilidade passaram a empreender no ramo.

O sistema de produção de leite difere das integrações convencionais (aves e suínos) no que se refere ao poder de decisão e liberdade do agricultor no processo de tomada de decisão. Porém, melhorias significativas no sistema de produção vêm acontecendo, através de um sistema de assistência técnica fornecido pelas empresas aos seus integrados.

⁴⁵ Instalaram unidades de industrialização e resfriamento e rotas de coleta de leite na região de Itapiranga a Parmalat, a Laticínios Tirol, a Laticínios Cedrense, a Royal Fleysmann, a Laticínio Lac Lelo, a Laticínios Bornhold e a Cooper Central Aurora, através das cooperativas de Itapiranga e da Cooper A1 de Palmitos.

Além dessa assistência técnica, as prefeituras fornecem subsídios para melhoria dos índices zootécnicos dos plantéis. As três prefeituras que compõem a microrregião de Itapiranga oferecem programas de inseminação artificial⁴⁶ para melhoria da qualidade genética dos rebanhos, assistência veterinária e promovem eventos⁴⁷ relacionados à atividade.

Esta atividade tem crescido rapidamente em volume de produção e número de agricultores. Visando se adaptar as exigências do mercado consumidor, indústrias e agricultores investem na qualidade do leite. Desde o ano de 1998, a totalidade do leite coletado pelas diferentes empresas que atuam na região é feita em caminhões equipados com tanque térmico. Os agricultores vêm sendo incentivados a incorporar e usar técnicas adequadas para conservação do leite nas propriedades até a hora da coleta. Mais de 80% dos produtores possuem equipamentos adequados⁴⁸ para a conservação do leite, segundo dados das empresas. O Quadro 7, a seguir, demonstra a importância socioeconômica que a bovinocultura de leite vem assumindo junto às propriedades familiares da região.

⁴⁶ As prefeituras doam sêmen de alta qualidade zootécnica, geralmente importado, e o agricultor apenas paga o serviço do inseminador.

⁴⁷ A prefeitura de Itapiranga promove a cada dois anos a Efrat (Exposição e feira agropecuária de Itapiranga); a prefeitura de Tunápolis promove, também de dois em dois anos, a Efacitus (Exposição e feira agropecuária de Tunápolis) e a Prefeitura de São João do Oeste oferece anualmente incentivos para a Feira da Terneira e da Novilha promovida em conjunto com a Cooperativa Agropecuária de Itapiranga.

⁴⁸ As empresas incentivam através de preços diferenciados para o leite a compra de resfriadores para conservação do leite. A diferença do preço por litro de leite para agricultores com a mesma cota de produção, em casos extremos, pode chegar a até 10 centavos de real por litro a mais para os que possuem resfriadores apropriados em relação aos que conservam o leite em freezer ou geladeira.

Quadro 7. Número de propriedades e produção de leite por município

Município	Total de estabelecimentos	Estabelecimentos na atividade leiteira	Produção/2001 em milhões de litros
Itapiranga	1.461	1.010	25,92
São João do Oeste	1.115	948	16,65
Tunápolis	796	620	11,38
Total	3.372	2.578	53,95

Fonte: Epagri/Itapiranga

Os dados revelam que quase 80% das propriedades atuam na produção de leite nesses três municípios. Pela sua abrangência, a atividade engloba propriedades com diferentes capacidades de investimento e de adoção tecnológica. Alguns estabelecimentos investem em sistemas modernos de ordenha e resfriamento, possuindo um controle muito rígido sobre todos os fatores de produção. Existem, porém, aqueles que produzem de modo mais tradicional. Nesses casos, a bovinocultura de leite se constitui em atividade secundária, responsável por uma renda complementar destinada ao pagamento das contas mensais⁴⁹.

A tendência atual é que aconteça uma seleção das propriedades produtoras de leite e aquelas que não conseguirem atender as exigências referentes à qualidade e quantidade mínima serão excluídas do processo produtivo. A Normativa 51, do Ministério da Agricultura e Abastecimento, que deve entrar em vigor ainda em 2005, deve acelerar este processo de seleção e exclusão. Esta Normativa visa estabelecer parâmetros para qualidade do leite e seus derivados. A política de preços das empresas compradoras de leite se baseia nas quantidades e qualidade do leite produzido. Recebe

⁴⁹ É comum ouvir de agricultores a afirmação: “O leite dá o dinheiro para pagar as contas do mês”.

mais quem produz maior quantidade e com melhor qualidade. Esta política inviabiliza aquelas propriedades com pequenas produções.

Conscientes desta situação, os órgãos públicos do setor agrícola vêm tomando iniciativas para orientar para outras atividades aqueles que não conseguem se adaptar às novas exigências. Vários programas vêm sendo criados e incentivados para que estes pequenos agricultores permaneçam no campo. Dentre os programas municipais mais incentivados estão o “frango bom de bico”, a produção de alho e amendoim, os produtos agroecológicos, além dos programas de reflorestamento e de criação de novinho precoce⁵⁰. Estes programas representam um exercício à organização e cooperação. O bom andamento dos mesmos depende da capacidade e disposição dos agricultores em adotar de forma conjunta normas de produção pré-estabelecidas. Essas iniciativas se apresentam como uma nova proposta de desenvolvimento que não ignora a importância da agroindústria e dos sistemas convencionais de produção, mas sim, que visa a inclusão daqueles estabelecimentos que não apresentam recursos técnicos ou financeiros exercerem as atividades tidas como convencionais. Elas se diferenciam do modelo atual, por partir de um planejamento conjunto entre o poder público municipal e os agricultores e por possuírem, geralmente, regras claras em que o objetivo não é concentrar a produção, mas sim, permitir que aqueles que idealizaram as propostas consigam se manter e até progredir. Esse tema será aprofundado na sequência.

⁵⁰ A prefeitura oferece assistência técnica, auxilia nas negociações para venda dos produtos e em alguns casos fornece subsídios para o início da atividade.

3.5 OS SISTEMAS ALTERNATIVOS DE PRODUÇÃO

Estimativas das prefeituras da microrregião de Itapiranga dão conta de que aproximadamente 30% dos estabelecimentos agrícolas não têm uma fonte de recursos definida. São propriedades que foram excluídas dos sistemas de integração com as agroindústrias de carnes, leite e fumo e não apresentam outra atividade potencial para geração de renda para reprodução familiar. São aqueles estabelecimentos que freqüentemente migram de uma atividade para outra sem ter capital suficiente investir.

Na expectativa de reverter esta situação, as prefeituras municipais têm criado diversos programas de incentivo à geração de renda e à permanência destes agricultores nas suas propriedades. O princípio básico de funcionamento é o trabalho cooperativo e o aproveitamento das brechas deixadas pelos sistemas de produção especializados, visando uma parcela do mercado consumidor relegada pelas agroindústrias.

O programa de criação de frango caipira incentivado pela prefeitura de Itapiranga é um exemplo prático de um produto que a agroindústria tradicional não oferece para os consumidores. O programa “Frango Bom de Bico” agrega mais de uma dezena de famílias e tem algumas normas bem definidas. A mais importante delas é a escala de produção. Nenhuma família pode alojar mais de 500 frangos por mês, evitando assim que se tenha uma saturação do mercado ou que, com o tempo, um ou dois estabelecimentos atendam sozinhos a demanda do mercado. O poder público municipal oferece toda a assistência técnica para o projeto e subsidia a compra do primeiro lote. O agricultor entra com a instalação, a mão-de-obra e a alimentação dos

animais. As regras do programa são claras e objetivam o controle do excesso de matéria-prima.

A intenção do projeto é a construção de um abatedouro de pequeno porte para o abate e embalagem das aves com posterior venda para toda região. O projeto prevê a constituição de uma associação de agricultores. No momento, em função de conflitos com as agroindústrias de carnes, a construção desse abatedouro foi suspensa. Essas últimas alegam que essas atividades podem gerar problemas sanitários à avicultura comercial do município devido à menor rigidez no controle de doenças. O debate encontra-se em curso e seu resultado final dependerá da negociação entre as partes e do grau de organização das instituições representativas dos agricultores implicados.

Além da criação de frangos caipiras, as prefeituras vêm incentivando o plantio e produção de alho e amendoim. O objetivo destes produtos é atender à demanda local. No caso da produção de alho é abastecer os supermercados e as pequenas indústrias de embutidos de carne. Já a colheita de amendoim é destinada basicamente para as fabriquetas de rapadura instaladas nos municípios da microrregião.

Existem, também, os programas de incentivo ao reflorestamento. As prefeituras doam as mudas das árvores e a assistência técnica e o agricultor entra com a terra e o trabalho de implantação e manejo das árvores que tem mercado garantido nas indústrias e serrarias da região. Além destes, existe o programa de incentivo à agricultura ecológica, com a realização de feiras semanais nas cidades.

3.6 A PEQUENA AGROINDÚSTRIA FAMILIAR

Nos primórdios da colonização a transformação e industrialização dos produtos excedentes da agricultura familiar foram, de uma ou outra maneira, importantes para a sobrevivência dos colonizadores e, mais tarde, também fundamentais para a evolução do processo de desenvolvimento econômico de diversas regiões do estado de Santa Catarina. Muitas das atuais grandes empresas do setor de alimentos do estado, tiveram origem em pequenos estabelecimentos familiares. Hoje, a pequena agroindústria familiar, representa, para muitos estabelecimentos, importante fonte de agregação de valor aos produtos agropecuários produzidos nas propriedades rurais. Para auxiliar a destacar a importância acerca da pequena agroindústria familiar na região, nessa sessão utiliza-se como suporte o trabalho desenvolvido por Mior (2003), que pela sua abrangência e importância, pode ser considerado, entre os trabalhos mais recentes sobre o tema, um dos mais completos.

A necessidade de conservar parte do alimento excedente para consumo futuro fez com que os colonizadores utilizassem técnicas artesanais de conservação de alimentos. A ausência de energia elétrica e, por consequência, de eletrodomésticos para conservação dos produtos, intensificou o uso das técnicas de defumação, embutidos e conservação das carnes de suíno na banha extraída dos próprios animais abatidos. Alguns estabelecimentos familiares, além de produzirem para seu próprio consumo, iniciaram, dessa maneira, pequenas produções artesanais para venda e obtenção de renda. A atividade evoluiu e a partir daí, surgiram as primeiras indústrias do setor de carnes na região Oeste catarinense. Segundo Mior (2003, p.179), “*da fase artesanal, a*

produção de salame e banha passa a ser crescente e é transformada em atividade industrial, com a constituição dos primeiros frigoríficos (fábricas de banha e salame). Surgiram assim a Perdigão S.A Indústria e Comércio em 1940, a Comercial Industrial Pagnocelli em 1942, a Sadia em 1944".

Para Mior (2003), a formação de agroindústrias rurais pode ser vista, como um processo de reorganização de recursos promovido pela agricultura familiar em conjunto com associações de produtores e o poder público. O produto que anteriormente era visto apenas como um alimento para os períodos de menor oferta ou que simplesmente era vendido como matéria prima para agroindústria convencional, com o incremento das pequenas agroindústrias familiares se transforma em produto comercial com valor de troca e, portanto, como fonte de renda para unidade de produção familiar.

É nesse contexto que várias agroindústrias rurais têm surgido na microrregião de Itapiranga. Muitas unidades de produção familiar têm optado pela transformação da matéria-prima e agregação de valor aos produtos da propriedade. É considerável o número de pequenas agroindústrias familiares que tem surgido na área de industrialização de leite e derivados, carnes e cana-de-açúcar na última década.

Incentivadas pelas prefeituras, órgãos de assistência técnica, ONGs e associações, muitas unidades de produção familiar têm empreendido na industrialização e comercialização dos produtos da propriedade. Segundo Mior (2003), em geral, a produção sai da cozinha das mulheres do campo e alcança dimensões maiores, o que possibilita a comercialização dos produtos. Inicialmente, a produção é pequena sendo

distribuída ou vendida na vizinhança e comunidade e, com o tempo, sua importância cresce, sendo possível a venda nas feiras livres, mercados e lanchonetes.

Os produtos da agroindústria familiar, geralmente, atendem uma parte do mercado consumidor que busca qualidade e produtos diferenciados. Acaba dessa maneira, ocupando as brechas deixadas pela grande agroindústria. Esta última, devido à padronização de seus produtos, deixa parcelas do mercado sem serem atendidas. O uso de temperos, métodos e receitas próprias dos produtos da pequena agroindústria rural são o seu principal diferencial. O desejo de saborear um produto semelhante ao que os antepassados faziam, para muitos, é o que motiva a compra de produtos coloniais.

No entanto, a transformação da atividade de processamento de alimentos para a agroindústria familiar rural vem sendo vista como um dos maiores desafios para esta nova estratégia de produção. Mior (2003) relata que são várias as exigências, que vão desde a questão fiscal, legislação ambiental e, principalmente, sanitárias, nas quais a pequena agroindústria familiar precisa se enquadrar.

Este autor cita na página 195 do seu trabalho o fato de o agricultor não poder fazer uso da nota de produtor rural para a comercialização de produtos com algum nível maior de processamento. A grande maioria dos produtos transformados como carnes e derivados de leite e cana-de-açúcar necessitam de nota fiscal para comercialização. Entre as alternativas para isso estão a formação de cooperativas, associações ou microempresas. Cada uma delas tem suas peculiaridades que facilitam ou dificultam a concretização do processo de consolidação da agroindústria familiar.

Ainda, segundo Mior (2003, p. 196), as cooperativas esbarram geralmente na legislação que exige um número mínimo de sócios e a cobrança de imposto de renda dos cooperados, conforme portaria 123 de 1999 da Receita Federal. A microempresa implica na perda da identidade do agricultor familiar, tendo que abrir mão da condição de segurado especial do INSS e do acesso às políticas públicas para agricultura.

Na microrregião de Itapiranga, uma alternativa encontrada para auxiliar as pequenas agroindústrias foi a instituição do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e a isenção de impostos municipais. No município de Itapiranga, o SIM para as indústrias de carnes vem funcionando desde o ano de 2002. Mais de duas dezenas de estabelecimentos já aderiram às normas deste serviço. Hoje, o município conta com dois abatedouros de pequeno porte para suínos e bovinos: o Açougue Santa Fé, localizado na comunidade de Santa Fé Alta de propriedade da família Eidt e o Abatedouro Xirú de propriedade da família Hahn da Linha Sede Capela.

Estas duas unidades estão autorizadas a realizar o abate de animais. Para tanto, as carcaças são inspecionadas por um Médico Veterinário cedido pela Prefeitura. Os demais estabelecimentos compram as carcaças inspecionadas⁵¹ dos abatedouros do município ou de frigoríficos com inspeção estadual ou federal da região e apenas transformam as carnes em embutidos. O SIM tem proporcionado um sistema de cooperação entre as unidades autorizadas para abate e as que apenas transformam ou vendem os produtos. Ao mesmo tempo em que as primeiras oferecem produtos dentro dos padrões sanitários exigidos, as demais indicam estabelecimentos rurais com animais

⁵¹ É bem verdade que o abate clandestino de animais é bastante freqüente, no entanto, existe um trabalho de fiscalização e controle sendo realizado pelas instituições públicas e melhoras significativas já têm sido percebidas.

prontos para abate. Associado a isso se tem, também, uma melhor qualidade dos produtos que são oferecidos aos consumidores.

Além das pequenas agroindústrias de transformação de produtos de origem animal, a microrregião conta com estabelecimentos em vários outros ramos. Vale ressaltar a importância das indústrias de transformação de cana-de-açúcar, das quais, uma obteve, recentemente, autorização para exportar cachaça para a Europa. A existência desse grande número de pequenas agroindústrias rurais, bem como, de diversos empreendimentos em outras áreas de ação, fazem da microrregião de Itapiranga, um local com altos índices de empreendedorismo e qualidade de vida.

3.7 O EMPREENDEDORISMO NA MICRORREGIÃO DE ITAPIRANGA

Um aspecto muito importante para ser analisado quando se estuda o grau de desenvolvimento de uma comunidade é o seu grau de empreendedorismo econômico. Essa é uma questão crucial, pois está diretamente relacionado ao dinamismo de uma economia, gerando constantemente novos produtos e serviços.

Veiga (2002) argumenta que o fato de atividades primárias estarem muito mais presentes em regiões rurais não significa que os outros dois setores da economia (indústria e comércio) sejam privilégio das zonas urbanas. Segundo o autor, o emprego industrial é mais significativo nas regiões relativamente rurais que nas essencialmente urbanas e os serviços têm quase o mesmo peso em regiões essencialmente urbanas e relativamente rurais.

Para as condições brasileiras, um município com alto grau de empreendedorismo apresenta uma relação entre sua população e o número de Micro e Pequenas Empresas (MPE) inferior a 40 habitantes/empresa (Veiga, op. cit.). Em 2001, Itapiranga tinha 13.990 habitantes e 372 MPE formais (SEBRAE, 2000), o que corresponde a uma relação de 37,6 pessoas por empresa formal. Ou seja, Itapiranga apresenta um alto grau de empreendedorismo, apesar de ser um município essencialmente rural. Se, às empresas formais, for somado os estabelecimentos agrícolas com caráter empreendedor, o índice de empreendedorismo do município seria ainda maior. No Quadro 8, abaixo, são apresentados os números de empresas formais em cada setor empresarial para a microrregião de Itapiranga.

Quadro 8. Quantidade de empresas por município

Município	Comércio	Indústria	Serviços
Itapiranga	169	32	171
São João do Oeste	36	14	54
Tunápolis	27	11	25
Total	232	57	250

Fonte: SEBRAE (2002).

Dentre os municípios da 1ª Secretaria de Desenvolvimento Regional, cuja sede é São Miguel do Oeste, Itapiranga perde em empreendedorismo formal apenas para o próprio município de São Miguel do Oeste (IBGE, 2000). Já quando se analisa o empreendedorismo formal e informal (SEBRAE, 2004), Itapiranga aparece na quarta colocação dentro do estado, ficando atrás apenas dos municípios de Balneário Camburiú, Joaçaba e Arroio Trinta.

Veiga (2002) argumenta que não existe muita clareza sobre as condições que estariam determinando uma alta manifestação de empreendedorismo em pequenos municípios, relativamente às suas pequenas e rarefeitas populações, mas mesmo assim aponta para duas características importantes que, provavelmente, estimulam esse dinamismo: a diversificação do setor primário e um alto nível educacional proporcionado aos filhos e netos dos colonos que formaram esses municípios.

Quem sabe o elemento que gera um diferencial nessa microrregião em relação às demais resida na segunda característica apontada pelo autor. O acesso à educação proporcionado aos filhos e netos dos agricultores familiares que formaram esses municípios, através da construção de escolas, igrejas, clubes recreativos e ambientes educacionais que propiciaram a ascensão dos jovens ao ensino médio e profissões técnicas e liberais, foi complementada com a posterior migração de jovens para centros urbanos. Uma parte desses filhos de agricultores acabou voltando para empreender em seus municípios de origem, principalmente no setor terciário, incorporando assim ao município rural um capital humano e uma capacidade de investimento que dificilmente poderia ser gerada no local.

Muitos dos filhos dos agricultores familiares freqüentam cursos superiores na faculdade do próprio município e em faculdades de cidades próximas. Itapiranga conta desde o ano 2000 com uma Faculdade⁵², onde estão matriculados em 2005 mais de 1300 estudantes. Apesar das faculdades localizadas no interior serem muito criticadas, é indiscutível a contribuição dessas unidades em mobilizar recursos e capacidades locais mal utilizados ou desvalorizados.

⁵² A Faculdade de Itapiranga (FAI) oferece os cursos de agronomia, contabilidade, matemática, normal superior, marketing e administração de empresas com especialização em comércio exterior, recursos humanos, os quais recentemente foram reconhecidos pelo MEC com conceito A.

Outro indicador do papel estratégico da educação nessa zona foi o título obtido no ano de 2002 pelo município de São João do Oeste por possuir o menor índice de analfabetismo no âmbito nacional. Recentemente, a Escola de Ensino Fundamental Porto Novo foi a vice-campeã no Prêmio Nacional de Referência em Gestão Escolar (COMUNIDADE... 2002).

Uma característica apontada por Raud (1999) é a importância da família agrícola na configuração de um espaço que propicia o desenvolvimento de inúmeras pequenas empresas. Segundo essa autora, a família fornece o lugar, os capitais e o trabalho para iniciar um negócio. Ela assegura a flexibilidade da mão-de-obra, oferecendo a cada um dos membros um refúgio em caso de emprego temporário, assim como sua formação, no caso de empresa familiar. Sem as estratégias familiares, a multiplicação de pequenas empresas seria impossível; sem as alianças entre famílias as redes de cooperação entre pequenos produtores não seriam tão seguras. Em Itapiranga, praticamente todas as empresas possuem integrantes da família como trabalhadores nos três ramos de atividade (Quadro 9).

Quadro 9. Número de trabalhadores integrantes da família nas empresas de Itapiranga

Trabalhadores da família	Ramo de Atividade					
	Comércio		Prestação Serviços		Industrial	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
0	0	0	3	3,0	0	0,0
1	37	30,3	47	47,5	8	29,6
2	56	45,9	32	32,3	9	33,3
3	20	16,4	6	6,1	3	11,1
4	5	4,1	6	6,1	3	11,1
5 ou mais	4	3,3	5	5,1	4	14,8
Sub-total	122	100	99	100	27	100
Não-informaram	41	15,2	68	40,7	5	15,6
TOTAL	163		167		32	

Fonte: SEBRAE (2002).

Os dados revelam o caráter familiar da maioria dos empreendimentos do município de Itapiranga. Este fato de modo geral acontece pela passagem do negócio familiar de geração para geração. É freqüente a saída de um ou mais membros da família para outros lugares com a finalidade de trabalhar ou estudar⁵³ e o retorno destes ao final dos estudos ou após economizar certa quantia em dinheiro reverte em novos investimentos na região de origem.

O que vemos na região é a busca constante de alternativas para a reprodução social das famílias. Seja dentro ou fora dos estabelecimentos rurais os indivíduos constroem relações capazes de gerar oportunidades que lhes possibilitam a ascensão social. As possibilidades que as vezes se colocam podem ser contrárias aos princípios comunitários em que as comunidade foram criadas. Nesse sentido, os sistemas de integração entre as agroindústrias e os agricultores familiares na microrregião têm

⁵³ Neste sentido é importante citar o fato de muitos jovens da microrregião viajarem para a Alemanha, Áustria e Suíça com a finalidade de estudar e trabalhar. Muitos retornam ao final da validade de seu visto de permanência nestes países com poupanças. Alguns investem estes recursos na melhoria das propriedades de seus pais e outros aplicam na abertura de pequenas empresas.

provocado mudanças significativas e se mostrado contrários à organização e mobilização social para o alcance de objetivos comuns, principalmente dos integrados. No entanto, esse mesmo sistema tem criado oportunidades de geração de recursos para a melhoria da qualidade de vida dos integrados, bem como, para novas alternativas em outros setores.

Nesse sentido, a microrregião de Itapiranga, mesmo tendo encarado mudanças significativas nos sistemas de produção e no modo de organização da sociedade, tem conseguido manter uma certa coesão comunitária. Ainda são freqüentes eventos e esforços conjuntos para construir obras comunitárias, que beneficiem o maior número de pessoas possíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo pretendeu relacionar o processo de desenvolvimento da microrregião de Itapiranga com a noção de capital social. Seu principal resultado foi identificar a importância deste recurso de capital para que os objetivos de uma colonização, inicialmente particular, se consolidassem, resultando em um processo dinâmico de desenvolvimento, que reverteu em bons índices de desenvolvimento e qualidade de vida para população. Pudemos também perceber que em cada uma das fases, determinado tipo de capital social foi explorado com mais intensidade. Na primeira fase, o alcance dos principais objetivos foi possível através do exercício do capital social comunitário e do institucional. Na segunda fase, além dos dois anteriores o capital social extracomunitário também foi de grande importância para a realização dos objetivos da comunidade local. Já na terceira fase ou fase atual, em função dos diferentes sistemas de produção o capital social parece menos expressivo, no entanto, não está ausente e muito menos deixou de existir. Mesmo os princípios dos diferentes sistemas de produção sendo, muitas vezes, opostos aos do capital social, este último continua atuante na região. Indicativo disso é a busca de alternativas de produção para

aqueles estabelecimentos excluídos dos sistemas convencionais de produção, para que estes possam continuar existindo e até mesmo progredindo. Persiste também o espírito de organização e participação dos eventos comunitários que tem representado importante meio de integração e convívio comunitário.

Na primeira fase, compreendida entre 1926 e 1954, a reorganização do capital social dos imigrantes no início do processo de colonização da Colônia Porto Novo e o estilo de vida adotado favoreceu o alcance e a satisfação das necessidades mais urgentes na nova colonização. A construção de igrejas, escolas e centros comunitários em sistema de mutirão contribuíram para o fortalecimento dos laços de confiança, cooperação e reciprocidade na comunidade local.

A superação comunitária dos principais conflitos surgidos ao longo do processo de implantação da colônia e a busca de soluções para as deficiências encontradas resultou, já nos primeiros anos da colonização, na criação de uma cooperativa de crédito que fornecia recursos financeiros aos colonos a fim de que estes iniciassem alguma atividade econômica em suas propriedades. Também, a manutenção de uma ampla rede de relações com instituições de outras regiões do Brasil e, principalmente, da Alemanha permitiu a incorporação de novos colonizadores, valores, conhecimentos e recursos financeiros importantes para o processo de desenvolvimento.

O uso da noção teórica do capital social permitiu, portanto, perceber que foi de extrema relevância a existência, criação, organização e uso deste recurso como um ativo de capital para o processo de desenvolvimento dessa região geograficamente desfavorecida e sem recursos naturais de grande importância econômica para explorar.

Nesta fase, o capital social comunitário e o institucional foram os mais intensamente explorados. A coesão e o trabalho comunitário, juntamente com a ação da igreja e da *Sparkass* permitiram que os objetivos iniciais fossem alcançados com sucesso.

Na segunda fase (1954 a 1985), que teve início com a emancipação do então distrito de Itapiranga, os problemas que outrora se apresentavam foram percebidos com maior clareza. Era preciso encontrar alternativas para viabilizar os sistemas produtivos desta região isolada geograficamente e, por consequência, distante dos mercados consumidores. Por sugestão da *Misereor*, instituição ligada à igreja católica da Alemanha, foi realizado no início da década de 1960 um minucioso estudo socioeconômico que mostrou, entre outras coisas, a necessidade de melhorar as condições de vida da população e a existência de um grande excedente de produtos agropecuários, com destaque para suínos, que deveriam ser mais bem aproveitados, agregando-lhes valor através da industrialização.

Foram sugeridas as instalações de uma escola profissionalizante para os filhos dos agricultores e duas indústrias: um laticínio e um abatedouro para a industrialização dos produtos dos agricultores. O laticínio foi constituído na forma de uma cooperativa e o abatedouro de suínos como uma sociedade anônima. Provavelmente, o período de instalação e consolidação destas obras tenha sido o momento em que o uso do capital social tenha sido mais intenso na comunidade itapiranguense. As relações extracomunitárias, a organização da estrutura da administração municipal e a organização, mobilização e participação da comunidade foram fundamentais para que o plano de desenvolvimento e a implantação das obras por ele sugeridas pudessem ser viabilizadas. A elaboração e execução de um plano de

desenvolvimento econômico já na década de 1960 é um indício muito forte do elevado grau de capital social na microrregião de Itapiranga. Prova disso, é que hoje, em pleno século XXI, muitos municípios têm dificuldades de colocar em sua agenda de discussão as estratégias de desenvolvimento a serem por eles utilizadas.

Durante o período da construção das obras físicas das indústrias e, também, da escola profissionalizante, aconteceu intensa mobilização de recursos existentes na comunidade local. A comunidade da microrregião de Itapiranga lançou mão da sua capacidade de organização e cooperação, das relações com órgãos e entidades públicas e de suas relações com instituições externas, permitindo assim, a obtenção de recursos físicos, técnicos e financeiros para a execução das obras.

Vários foram os problemas enfrentados para a consolidação dos empreendimentos, conflitos precisaram ser superados, mas o mais importante, como dizem os próprios atores deste processo, é que as empresas se desenvolveram e atualmente contribuem na dinâmica de desenvolvimento local.

A partir da afirmação destas iniciativas foram criadas possibilidades em diversas áreas de atuação, permitindo que a criatividade de muitos aflorasse e surgissem empreendimentos nas mais variadas áreas. A introdução do sistema de integração entre agroindústrias e agricultores gerou a especialização de um certo número de estabelecimentos agrícolas, que se transformaram em verdadeiros empreendimentos rurais.

A existência de brechas no mercado consumidor deixadas pelas grandes agroindústrias do setor de alimentos favoreceu, também, o surgimento de uma série de pequenas agroindústrias familiares na região. Além destes empreendimentos rurais, o crescimento das principais indústrias do município e a consolidação dos sistemas agrícolas de produção (aves, suínos, leite e fumo) tem permitido um fomento rápido e contínuo do setor terciário na região.

Como resultado deste processo, a microrregião de Itapiranga apresenta hoje os melhores índices de desenvolvimento regional e até nacional. Os índices de empreendedorismo também acompanham este desempenho.

A partir do ano 2000, com os investimentos feitos pelas empresas da região, acontece um aumento significativo da pluriatividade, fazendo com que muitos jovens novamente passassem a ter interesse em ali permanecer. Esse período coincide com a criação da Sociedade Educacional de Itapiranga (SEI) e das Faculdades de Itapiranga (FAI). O município e a região mantêm parte dos seus jovens como estudantes em seus lugares de origem (Rambo, 2005). A geração local de conhecimento e tecnologia traz grandes benefícios à pequena propriedade agrícola familiar e à sociedade local.

Apesar do sucesso em muitos projetos, existem alguns estrangulamentos que podem ser determinantes na continuidade da construção de um processo sustentável de desenvolvimento. A questão ambiental hoje parece ser o principal ponto de limitação do processo de desenvolvimento da microrregião e precisa ser contemplada com a geração de novas tecnologias menos agressivas ao meio. Este tema representa um aspecto de estudos para próximos trabalhos a serem realizados na região.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R, O Capital Social dos Territórios: *Repensando o Desenvolvimento Rural*, In: *Seminário sobre Reforma agrária e desenvolvimento sustentável*, Governo do Estado do Ceará e Ministério Extraordinário de Política Fundiária, Fortaleza: 1998.

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: Hucitec, 1992.

BELATO, D. Camponeses integrados. 1985. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP, São Paulo, 1985.

BELLANI, Eli Maria. Memórias do povo oestino no período da II Guerra Mundial. In: Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa de História, XV, Rio de Janeiro, 1995. Anais.

BOURDIEU, P. “The Forms of Capital”, in *Handboook of Theory and Research for the Sociology of Education*, ed. J. Richardson. N.Y., Greenwood: 1985.

CARNEIRO, M.J. Camponenses, agricultores e pluriatividade. Rio de Janeiro: Contra-Capa, 1998.

CASAROTTO F⁰, N, e PIRES, L, H, Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana. SP, Ed. Atlas, 1999.

CASTILHOS, Dino. Capital social e políticas públicas: um estudo da linha infraestrutura e serviços aos municípios do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2002. Dissertação de Mestrado.

COLEMAN, J. "Foundations of Social Theory", Belknap Press, Cambridge, Mass: 1990.

COMUNIDADE DE ITAPIRANGA FESTEJA O SEGUNDO LUGAR. Diário Catarinense, Florianópolis, 14 nov. 2002, Caderno Página Quatro, p.5.

CREDITAPIRANGA, SICOOB-SC CREDITAPIRANGA COMEMORA 70 ANOS DE HISTÓRIA. Diário Catarinense, Florianópolis, 21out. 2002, Caderno Santa Catarina, p.13.

DIAS JUNIOR, Cláudio S. Capital Social e Violência: uma análise comparada de duas vilas de Belo Horizonte. Dissertação de Mestrado em Sociologia. UFMG, Belo Horizonte, 2001.

DURSTON, J. Construyendo Capital Social Comunitário: Una Experiência de Empoderamiento Rural en Guatemala. Santiago del Chile: CEPAL: 1999.

DURSTON, J. Que és el capital social comunitário? Santiago del Chile: CEPAL: 2000.

EIDT, P. Porto Novo - da Escola Paroquial ao Projeto de Nucleação – Uma Identidade em Crise. Ijuí: UNIJUÍ, 1999.

FORÇA DO OESTE. Cinco municípios despontam. Disponível em: <http://www.jornalfo.com.br/284/9.pdf>.

FORÇA DO OESTE. Cinco municípios despontam. Disponível em: <http://www.jornalfo.com.br/284/9.pdf>.

GUIO. L.; SAPIENZA. P.; ZINGALES. L. The Role of Social Capital in Financial Development. NBER Working Paper No. 7563. 2000. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w7563>.

HEINEN, L. Colonização e desenvolvimento do Oeste de Santa Catarina. Aspectos Sócio-político-econômicos e religiosos. Joaçaba: UNOESC, 1997.

HIRSCHMAN, A. "Social conflicts as pillars of democracies societies, A Propensity to Self-Subversion", Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press: 1995.

IBGE. Contagem da População 2000: Resultados definitivos da contagem 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

JUNGBLUTH, R. Documento histórico de Porto Novo São Miguel d'Oeste: Arco Íris, 2000.

KREUTZ, Lúcio. O professor paroquial, magistério e imigração alemã. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS; Florianópolis: EDUFSC; Caxias do Sul: EDUCS, 1991.

MIDDELDORF, Karl. Porto Novo – Brasilien. Siedlung für deutschsprechende Katholiken am Uruguayflub im Statte Santa Catarina in Brasilien. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1932.

MIOR, Luiz C. Agricultores Familiares, Agroindústria e Território: a dinâmica das redes de desenvolvimento rural no oeste catarinense. Tese de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas-Sociedade e Meio Ambiente; UFSC, Florianópolis, 2003.

NASSER. J.M. A Emilia-Romagna e o Capital Social. Instituto Paraná Desenvolvimento. 2002. Disponível em: <http://www.ipd.org.br/cursos/modulo15.htm>.

NASSER. J.M. O que é Empreendedorismo Cívico. Instituto Paraná Desenvolvimento. 2002. Disponível em: <http://www.ipd.org.br/cursos/modulo6.htm>.

PAIVA, Vanilda P. Educação popular e educação de adultos. São Paulo: Loyola, 1973.

PINHO, Diva Benevides, O pensamento cooperativo e cooperativismo brasileiro. São Paulo: CNPQ, 1982.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA: Estado de Santa Catarina, Agro e Hidrotécnica LTDA: Rio-São Paulo, 1962.

PUTNAM, R. D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora FGV: 1993.

RAMBO, Artur Blásio. A Sociedade União Popular. In. Perspectiva Econômica, Vol. 27, Nº 79, Série Cooperativismo nº 32, 1992.

RAMBO, Nestor F. Pequena Propriedade Agrícola Familiar e Pluriatividade: tentando compreender a relação campo X cidade no município de Itapiranga (SC). Programa de Pós-Graduação em Geografia. UFRS; Porto Alegre, 2005. Dissertação de Mestrado.

RAUD, C. Industrialização, território e meio ambiente no Brasil: perspectivas da industrialização descentralizada a partir da análise da experiência catarinense. Florianópolis – Blumenau, Ed. da UFSC/Ed. da FURB, 1999. 276p.

RHODE. Maria, Wie eine frau eine Urwaldsiedlung wachsen sah. Beitrag zur 25-jährigen Geschichte der Volksvereinskolonie Porto Novo. Porto Alegre: Tipografia do Centro. 1952.

RICK, João Evangelista. Colonização alemã católica no sul do Brasil. In. Pesquisas: História. Revista do Instituto Anchietano de Pesquisas. Nº 27. São Leopoldo: 1989.

ROCHE, Jean. A colonização alemã e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, 1969.

SCHMIDT. W.; TURNES. V.A.; CAZELLA. A.A.; SCHMIDT. V.B; SCHMIDT. W.; GELBCKE. D. Associativismo e cooperativismo: o terceiro setor no desenvolvimento rural catarinense. In: VIEIRA. P.F (org.). A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento. Florianópolis: APED, 2002. 312p.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e industrialização – Pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

SEBRAE. Proder Consenso 2000. Disponível em: http://www.listen.com.br/sebrae/itapiranga/estrutura_economica.htm.

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE. Índice de Desenvolvimento Social – 2001. Disponível em: <http://www.sdm.sc.gov.br/DURB/mapa2001.ppt>.

STRIEDER, R. Produção agrícola integrada: A Emergência Humana do Trabalhador Agrícola. São Miguel d'Oeste: Gráfica McLee Ltda., 2000.

TESTA, V. M. et al. O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense - Proposta para discussão. Florianópolis: EPAGRI, 1996.

VEIGA. J.E. Variações Espaciais de Empreendedorismo no Brasil Rural. Disponível em: [http://www.econ.fea.usp.br/zeeli/Textos/ultimos_trabalhos/\[2002-07\]Variacoes_espaciais_do_empreendedorismo_rural.htm](http://www.econ.fea.usp.br/zeeli/Textos/ultimos_trabalhos/[2002-07]Variacoes_espaciais_do_empreendedorismo_rural.htm)

WILLEMS, Emílio. A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. São Paulo: Companhia editora nacional, 1940.

WOOLCOCK, M. Social capital and economic development: toward a theoretical synthesis and policy framework. *Theory and Society*, 27, 1998, pp. 151-208.